

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

SENHORES LICITANTES,

**OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS
CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR
FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETAR EM
DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.**

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET.

TIPO: **menor preço por quilo de roupa processada.**

FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA

PROCESSO: 060.004.087/2015

ESTIMATIVA GERAL: R\$ 20.146.752,00 (vinte milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais);

INTERESSADO: Gerência de Hotelaria em Saúde/CLOG/SULIS/SES-DF

OBJETO: Registro de Preços para Prestação de serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto do Termo de Referência.

Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde, conforme condições e especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

Item	Hospital	Nº de leitos	Quantitativo kg/dia de roupa processada	QT/DIA	Estimativa Kg/mês 30 dias	Estimativa Kg/ano 12 meses	+ 20% (margem de segurança)	TOTAL
01	HRS	254	$(254 \times 8 \times 7) / 7 = 2.272$ kg/dia	2032	<u>60.960</u>	<u>731.520</u>	<u>146.304</u>	877.824
02	HRG	359	$(359 \times 6 \times 7) / 7 = 3.150$ kg/dia	2872	<u>86.160</u>	<u>1.033.920</u>	<u>206.784</u>	1.240.704
03	HBDF	697	$(697 \times 8 \times 7) / 7 = 6.784$ kg/dia	5576	<u>167.280</u>	<u>2.007.360</u>	<u>401.472</u>	2.408.832

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: às 09 (nove) horas do dia 17/05/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09 (nove) horas do dia 17/05/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 (nove) horas do dia 17/05/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br

TELEFONE: Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira, no endereço mencionado, ou pelo telefone (61) 99284.4567.

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, sediada no SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Prédio da Emater - Asa Norte, em Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço por quilo de roupa processada**, para aquisição do objeto especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/05, pela Lei Complementar nº 123/2006, **pelo Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015**, Decreto Distrital nº 26.851/2006 **alterado pelo Decreto nº 35.831/2014** e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, **além das demais normas pertinentes**, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, CERIZE HELENA SOUZA SALES, matrícula nº 129.462-8, denominado Pregoeiro Oficial, cópia do ato de designação DODF acostado nos autos, e pela Pregoeira Substituta PRISCILLA MOREIRA FALCÃO, matrícula nº 1.667.606-8, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica: www.comprasgovernamentais.gov.br, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br

1– DO OBJETO

1.1 OBJETO: Registro de Preços para Prestação de serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto do Termo de Referência.

Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde, conforme condições e especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

1.2 Integram este Edital todos os seus Anexos.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

2.1.1. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/03; ou

2.1.2. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências do item 8, deste edital.

2.1.3. Considerando o art. 97 da Lei nº 8.666/93, será realizada prévia pesquisa junto aos Portais na Internet de Governos (STC/GDF e CEIS/CGU) e no CNJ (condenações cíveis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF)

2.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1. Empresas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Poder Público aplicada por qualquer das esferas de governo.

2.3.2. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.3.3. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

2.3.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em CONSÓRCIO, pois, a aquisição não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

habilitação. Esta medida busca ampliar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93.

2.3.4. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.3.5. O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

2.3.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.3.7 Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF)

2.3.8 vedada a participação na licitação de empresa ou empresário **impedido** de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme disposto no artº 7º da Lei 10.520/2002.

2.3.9. É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público (cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive), preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da **órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal** em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: (Decreto nº 32.751/11, art. 8º) (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF)

I - contrato de serviço terceirizado;

II - contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;

III - convênios e os instrumentos equivalentes.

2.3.9.1. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (Decreto nº 32.751/11, art. 3º, § 3º).

2.4. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s). Também não poderão participar pessoas jurídicas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim**, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, Pela Lei 4.611/2011, e pelo Decreto Distrital 35.592/2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar

3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.2.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.2.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.3. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.4. Para efeito do disposto no 3.3, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

- 3.4.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 3.4.2.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 3.4.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.4.1 e 3.4.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 3.4.4.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 3.4.5.** O disposto no 3.4, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.4.6.** No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

- 3.5.** Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a administração pública:
- 3.5.1.** Destinará exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, **os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).** **Obs: não se aplica para esta licitação, conforme justificativa apresentada às fls. 660/664.**
- 3.5.2.** Poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado; **Obs: não se aplica para esta licitação, conforme justificativa apresentada às fls. 660/664.**
- 3.5.3.** **Será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte dos itens cujo o valor estimado seja superior R\$80.000,00 (oitenta mil reais).** **Obs: não se aplica para esta licitação, conforme justificativa apresentada às fls. 660/664.**
- 3.5.4.** Em pregões na modalidade de Registro de Preço, para aplicação da cota de entidades preferenciais e considerando a indisponibilidade operacional do Comprasnet, o Pregoeiro e sua equipe de apoio incluirá no sistema, bem como no Instrumento Convocatório, um item sobressalente, vinculado àquele de livre concorrência, para participação preferencial de ME/EPP, o qual abrangerá até 25% do total do objeto a ser contratado, conforme definido pela área técnica;
- 3.5.5.** Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;
- 3.5.6.** Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da margem preferencial do subitem;
- 3.5.7.** Importa esclarecer que em concordância com o parágrafo 3º do Art 26 da Lei distrital nº 4611/2011, a aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no item destinado ao mercado geral, ou seja, a empresa vencedora do subitem preferencial para ME/EPP não poderá praticar valor superior ao ofertado no item de ampla concorrência.

3.6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 3.6.1.** As empresas que desejarem participar do Pregão deverão enviar a proposta eletronicamente, até o dia e horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, devendo todos os campos do formulário disponibilizado ser preenchidos, observando as orientações contidas no mencionado endereço.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 4.1.1. Conforme estabelece o **Art. 16 do Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015**, os fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no DODF, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde ocorra motivo justificado aceito pela administração.
- 4.1.1.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade se sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 4.1.2. O sistema de registro de preços não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;
- 4.1.3. O registro de preços a ser formalizado na **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses**, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, somente podendo ser prorrogado se não ultrapassar o período de validade.
- 4.1.4. Durante o prazo de validade do registro de preços o Distrito Federal não ficará obrigado a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.
- 4.1.4.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Secretaria de Estado de Saúde optar pela aquisição, por meio de licitação ou outro meio legalmente, permitido, e o preço for igual ou inferior ao registrado.
- 4.1.4.2. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar eventual redução dos preços praticados no mercado ou fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, atestando a compatibilidade destes com os registrados na Ata de Registro de Preços, na forma estabelecida no **Art. 20 do Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015**. Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria de Estado de Saúde.
- 4.1.4.3. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata tornou-se superior à média dos preços de mercado, por motivo superveniente, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.
- 4.1.4.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata deverá convocar os demais fornecedores, caso haja, visando igual oportunidade de negociação.
- 4.1.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá a revogação da Ata.
- 4.2. DO PREÇO
- 4.2.1. O preço deverá ser fixo, equivalente ou inferior ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 4.2.2. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação.
- 4.2.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados durante o prazo de vigência do registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, nos termos da legislação de regência.

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no portal: **[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**.
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.3. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a **Secretaria de Estado de Saúde**,

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

- 5.4. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular e/ou público de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.6. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme Anexo I.
- 5.7. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 As empresas que desejarem participar do Pregão deverão enviar a proposta eletronicamente, até o dia e horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, devendo todos os campos do formulário disponibilizado ser preenchidos, observando as orientações contidas no mencionado endereço.
- 6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeira ou de sua desconexão.
- 6.4. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, a partir da data da liberação do presente edital no site www.comprasgovernamentais.gov.br, até o horário limite de início da sessão pública, ou seja, **às 09 (nove) horas do dia 17/05/2017**, horário de Brasília-DF, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.5. Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, com **valor total** em moeda nacional para **cada item** a que concorrer, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, conforme referido no item acima.
- 6.6. **Após o encerramento da etapa de lances e negociação, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar no prazo máximo de 1 (uma) hora, contados a partir da solicitação do pregoeiro (a), via sistema, no campo "anexo de proposta", ou por endereço eletrônico: licitacao.sesdf@gmail.com ou ccomp.dag@saude.df.gov.br, em caso de indisponibilidade do primeiro, a proposta de preços, juntamente com a documentação prevista para sua aceitação.**
 - 6.6.1. Excepcionalmente e a pedido do licitante, o prazo previamente fixado no edital poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, desde que verificados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação, por **mais 1 (uma) hora**, caso a solicitação se dê dentro **da primeira hora**. Findo o prazo, a função de enviar anexo do fornecedor selecionado desaparecerá, após operacionalização pelo Pregoeiro da opção "encerrar convocação" e da opção de "recusar proposta".
 - 6.6.2. **Sendo aceitável sua(s) proposta(s), a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentá-la(s), em papel timbrado, datada, assinada, juntamente com a(s) documentação(ões) de habilitação, em envelope fechado e identificado o pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação da pregoeira, na Central de Compras, SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte, Asa Norte, Parque Rural s/nº, Bloco "A", 1º andar, sala 124 – CEP 70.770-200 – Brasília/DF, devendo a(s) proposta(s) conter(em):**
 - a) O julgamento será realizado pelo **menor preço por quilo de roupa processada**.
 - b) As propostas deverão ter validade não inferior a 90 dias (parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002).
 - c) A proposta deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificação em conformidade com o solicitado, contendo descrição clara e detalhada, no idioma português do Brasil, e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

ou entrelinhas. Suas folhas devem estar preferencialmente numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da licitante, devendo constar:

- c.I) nome da proponente, endereço, número do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- c.II) **preço unitário por quilo de roupa processada, valor total mensal e total anual**, para os Itens em que deseja concorrer, em moeda nacional, com até quatro casas decimais após a vírgula, os quais deverão ser indicados em algarismo e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por extenso;
- c.III) define-se como “**quilo de roupa processada**” aquela que foi submetida ao ciclo completo de lavagem, compreendendo: enxagues, umectação, pré-lavagem, lavagem, alveamento, desinfecção, acidulação, amaciamento, secagem e passagem.
- c.IV) Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

d) A empresa deverá apresentar Declaração (conforme Anexo VIII deste TR) comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado: Laudo de Atividade Antimicrobiana do Desinfetante/sanitizante; **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária); **Fichas Técnicas e de Segurança dos produtos e demais documentação do subitem 17.3 no momento da contratação.**

- 6.7 Caso o prazo de que trata o item 6.5.2, **letra “b”**, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 6.8 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas. Aberta a sessão, em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 6.9. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pelos órgãos interessados. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.
- 6.10 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais e/ou serviços serem fornecidos sem ônus adicional.
- 6.11. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência – Anexo I, e a especificação contida no Sistema Compras governamentais (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 6.12 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.
- 6.13. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, pelo licitante, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO.

- 7.1. Na data e no horário previsto no Sistema e informado neste Edital, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e terá início a sessão pública do Pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
 - 7.1.1. A partir do horário previsto no Sistema e informado neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 7.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e respectivo horário de registro e valor.
- 7.3. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 7.4. Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim entendidos:
 - I – preços excessivos, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço global e unitário estimado constante deste Ato Convocatório/Anexo;
 - II - inexequíveis, sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, quando o licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço global e unitário ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificado;
- 7.5 Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 7.6. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado pela pregoeira para a abertura da sessão de lances e as seguintes condições:
- 7.7.1. Somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema;
 - 7.7.2. No caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.7.3. Poderão ser enviados lances superiores ao menor lance registrado para a primeira colocação com a finalidade de se disputar as colocações subsequentes.
- 7.8. No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço por quilo de roupa processada** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.
- 7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedado a identificação do detentor do lance.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da pregoeira.
- 7.11. A Pregoeira poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.
- 7.12. O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.13.1. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.13.2. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá à pregoeira decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.14. Por força do que dispõe o artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido, observados as seguintes regras:
- 7.14.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - 7.14.1.1. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
 - 7.14.2. Para efeito do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 7.14.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item e/ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão do direito. Apresentada proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, ser-lhe-á adjudicado o objeto licitado;
 - 7.14.2.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - 7.14.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 7.14.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no "caput" do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
 - 7.14.3.1. O disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.15. Encerrada a fase de lance a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposto neste Edital.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 7.16. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.
- 7.17. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias e do Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 7.17.1. A adjudicação será realizada **por item**.
- 7.18. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 7.19. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 7.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio do endereço eletrônico utilizado para divulgação do certame;
- 7.20.1. Sem prejuízo da divulgação do momento de retomada da sessão na forma mencionada acima, serão enviadas mensagens eletrônicas (e-mails) aos representantes dos licitantes para o mesmo fim, prevalecendo, em caso de inexistência ou não envio dessas mensagens, a informação publicada eletronicamente na página do presente pregão eletrônico
- 7.21. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e Anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.22. A licitante vencedora deverá protocolar no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, sua proposta devidamente adequada ao preço negociado, bem como a documentação de habilitação, nos termos do item 6.5 deste Edital.
- 7.23. No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, e sendo a proposta aceita, o (a) Pregoeiro solicitará o envio dos documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, que deverão ser incluídos pelos licitantes em campo próprio disponibilizado pelo sistema ou encaminhados para o endereço eletrônico: licitacao.sesdf@gmail.com ou ccomp.daq@saude.df.gov.br, em caso de indisponibilidade do primeiro, em até 2 (duas) horas, contados a partir da solicitação.
- 8.1.1. Excepcionalmente e a pedido do licitante, o prazo previamente fixado no edital poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, desde que verificados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação, por mais 2 (duas) horas, caso a solicitação se dê dentro das primeiras 2 (duas) horas. Findo o prazo, a função de enviar anexo do fornecedor selecionado desaparecerá, após operacionalização pelo Pregoeiro da opção "encerrar convocação" e da opção de "recusar proposta".
- 8.1.1.1. Nesse caso, será convocada a próxima licitante, na ordem de classificação, para envio da proposta, no prazo estipulado no item 8.1.
- 8.1.2. Posteriormente, tais documentos deverão ser enviados, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação do pregoeiro(a), no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco A, 1º andar, sala 124 – CEP: 70.770-200 – BRASÍLIA - DF.
- 8.2. Para habilitarem-se as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e apresentar a documentação complementar solicitada ou aquela relacionada no Item 8.2.1 deste Edital. Poderão também habilitar-se empresas não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, que deverão apresentar a documentação relacionada no item 8.2.2 deste edital.
- 8.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I- Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, contemplando, para cada lote que disputar, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos exigidos.

Observações: Em caso de diligência para sanar alguma dúvida, o atestado deverá conter:

- Prazo contratual (datas do início e término);
 - Local da prestação dos serviços;
 - Natureza da prestação dos serviços;
 - Quantidades executadas;
 - Caracterização do bom desempenho do licitante.
- a) A identificação da pessoa jurídica emitente do atestado, bem como o nome e o cargo do signatário.
- b) Será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica para a comprovação do quantitativo mínimo.

DA VISITA TÉCNICA

- c) Recomenda-se que todas as empresas realizem visita técnica e apresentem o Atestado de Visita técnica (**ou abstenção de visita técnica**) - (ANEXOS II) fornecido pela Administração do Hospital visitado, comprovando que a proponente, através de seu representante técnico responsável, vistoriou os locais aos quais serão prestados os serviços e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições específicas para o cumprimento das obrigações objeto da contratação pretendida.
- d) A vistoria e demais procedimentos daí decorrentes visam resguardar o licitante de possíveis falhas na elaboração da proposta, sendo que, em hipótese alguma a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, da dinâmica de funcionamento do serviço, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a licitante vencedora assumir todos os ônus dos serviços decorrentes.

A visita técnica não se configurará como obrigação a fim de comprovar a qualificação técnica da licitante, é uma faculdade conferida aos interessados para uma melhor elaboração das propostas, como retro mencionado. As visitas deverão ser agendadas no horário comercial, com a Diretoria Administrativa de cada regional de saúde contemplada no objeto desse Termo de Referência, através dos telefones abaixo relacionados.

REGIONAL DE SAÚDE	TELEFONE
HBDF	3315-1707 / 3224-0459
HRS	3487-9332 / 3387-9316 / 3387-0825
HRG	3556-0275

- e) **A visita poderá ser realizada até dois dias úteis antes da data marcada para a licitação, por um responsável técnico devidamente credenciado e identificado que possua qualificação necessária para a devida avaliação dos trabalhos a serem prestados.**
- f) A vistoria, em cada Coordenação, deverá ser acompanhada pelo Diretor Administrativo e/ou Chefe da Lavanderia, ou alguém designado pela Administração do Hospital. Ao final da vistoria, o Diretor Administrativo e/ou Chefe da Lavanderia devem certificar que determinada empresa realizou a vistoria em sua regional de saúde, conforme Atestado de Visita anexo ao Termo de Referência (ANEXOS II)

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- II - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as **empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;
- III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

- IV - Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- 8.2.1.1. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:
- I – Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza;
 - II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93;
 - III - Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso;
 - IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme estabelecida na Instrução Normativa nº 2/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MP, publicada no DOU de 17/09/2009;
- 8.2.1.2. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.**
- a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro Comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso VIII do subitem 8.2.2 deste edital.
- 8.2.1.3. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 8.2.2. As Licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, contemplando, para cada lote que disputar, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos exigidos. O atestado deverá conter:

Observações: Em caso de diligência para sanar alguma dúvida, o atestado deverá conter:

- Prazo contratual (datas do início e término);
 - Local da prestação dos serviços;
 - Natureza da prestação dos serviços;
 - Quantidades executadas;
 - Caracterização do bom desempenho do licitante.
- c) A identificação da pessoa jurídica emitente do atestado, bem como o nome e o cargo do signatário.
- d) Será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica para a comprovação do quantitativo mínimo.

DA VISITA TÉCNICA

c) - Recomenda-se que todas as empresas realizem visita técnica e apresentem o Atestado de Visita técnica (**ou abstenção de visita técnica**) - (ANEXOS II) fornecido pela Administração do Hospital visitado, comprovando que a proponente, através de seu representante técnico responsável, vistoriou os locais aos quais serão prestados os

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

serviços e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições específicas para o cumprimento das obrigações objeto da contratação pretendida.

d) - A vistoria e demais procedimentos daí decorrentes visam resguardar o licitante de possíveis falhas na elaboração da proposta, sendo que, em hipótese alguma a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, da dinâmica de funcionamento do serviço, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a licitante vencedora assumir todos os ônus dos serviços decorrentes.

A visita técnica não se configurará como obrigação a fim de comprovar a qualificação técnica da licitante, é uma faculdade conferida aos interessados para uma melhor elaboração das propostas, como retro mencionado. As visitas deverão ser agendadas no horário comercial, com a Diretoria Administrativa de cada regional de saúde contemplada no objeto desse Termo de Referência, através dos telefones abaixo relacionados.

REGIONAL DE SAÚDE	TELEFONE
HBDF	3315-1707 / 3224-0459
HRS	3487-9332 / 3387-9316 / 3387-0825
HRG	3556-0275

e) - A visita poderá ser realizada até dois dias úteis antes da data marcada para a licitação, por um responsável técnico devidamente credenciado e identificado que possua qualificação necessária para a devida avaliação dos trabalhos a serem prestados.

f) - A vistoria, em cada Coordenação, deverá ser acompanhada pelo Diretor Administrativo e/ou Chefe da Lavanderia, ou alguém designado pela Administração do Hospital. Ao final da vistoria, o Diretor Administrativo e/ou Chefe da Lavanderia devem certificar que determinada empresa realizou a vistoria em sua regional de saúde, conforme Atestado de Visita anexo ao Termo de Referência (ANEXO II)

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- II – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;
- III – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007);
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as **empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;
- VI - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014);
- VII – Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, Municipal e Distrital da sede da licitante.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- VIII – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- IX - **Balanco Patrimonial e demais demonstrações** contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 &\text{ATIVOS CIRCULANTES + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \\
 \text{LG} = &\frac{\text{PASSIVOS CIRCULANTES + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVOS CIRCULANTES}} \\
 \text{LC} = &\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}} \\
 \text{SG} = &\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}
 \end{aligned}$$

- c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de **no mínimo 10% (dez por cento)** do valor total estimado para a contratação. A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem. (conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF).

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

X - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a - cédula de identidade;
- b - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d - Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- e – Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

f – Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 9º e §§ da Lei 8.666/93, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.2.1. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I – Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza;
- II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93;
- III - Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso;
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme estabelecida na Instrução Normativa nº 2/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MP, publicada no DOU de 17/09/2009;

8.3. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micro e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias** úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização, nos termos da legislação pertinente.

8.3.1. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e neste Edital e Anexos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame em seus termos ulteriores ou revogar a licitação se decisão oportuna e conveniente, além de incidir a prescrição contida no art. 7º da Lei 10.520/02.

- 8.4. Os documentos necessários à habilitação, quando enviados ao pregoeiro, deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 8.5. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.
- 8.6. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).
- 8.7. Em todas as hipóteses referidas nos itens 8.2.1 e 8.2.2 deste Edital, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.
- 8.8. Quando o documento e/ou certidões apresentados não informarem a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias, exceto a Certidão de que trata os incisos IV e VIII dos subitens 8.2.1 e 8.2.2, respectivamente deste Edital.
- 8.9. A empresa que não incluir a documentação de habilitação em campo próprio disponibilizado pelo sistema ou encaminhar para o endereço eletrônico: licitacao.sesdf@gmail.com ou ccomp.daq@saude.df.gov.br, em caso de indisponibilidade do primeiro, quando solicitado pelo (a) pregoeiro (a), ou que não enviar sua proposta de preço, bem como a documentação de habilitação no prazo estabelecido neste Edital será inabilitada e estará sujeita às penalidades previstas no Decreto 26.851/2006 alterado pelo Decreto nº 35.831/2014 e alterações posteriores.
- 8.10. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal adotarão, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de **sustentabilidade ambiental**, (Lei -DF nº 4.770/2012).

9. DAS PENALIDADES

- 9.1 – Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.2 - Das Espécies

- 9.2.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851**, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006, 27.069/2006, de 14/08/2006 e **Decreto nº 35.831/2014**:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

inciso anterior.

- 9.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 9.2.3. – Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte (Art 6º do Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015):
- 9.2.3.1 – Ao órgão gerenciador, ao órgão participante e ao órgão não participante caberá aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações cometidas no procedimento licitatório e na ata de registro de preços (Inciso IX, do art 6º do Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015).

9.3 - Da Advertência

- 9.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:
- I - pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
 - II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

9.4 - Da Multa

- 9.4.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:
- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
 - II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
 - III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;
 - IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
 - V- até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- 9.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:
- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
 - II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
 - III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 9.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 9.4.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 9.4.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
 - II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 9.4.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **9.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.
- 9.4.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 9.4.1.
- 9.4.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **9.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

9.5 - Da Suspensão

- 9.5.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:
- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
 - II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
 - III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
 - IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
 - a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
 - c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;
- 9.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
- I - a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
 - II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.
- 9.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 9.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

9.6 - Da Declaração de Inidoneidade

- 9.6.1 - A declaração de idoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.
- 9.6.2 - A declaração de idoneidade prevista neste item 9.6 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.
- 9.6.3 - A declaração de idoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7 - Das Demais Penalidades

- 9.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

- II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 9.6;
- III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 9.5.3 e 9.5.4.
- 9.7.2 - As sanções previstas nos subitens 9.5 e 9.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:
 - I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
 - III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8 - Do Direito de Defesa

- 9.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.
- 9.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 9.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- 9.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:
 - I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
 - II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
 - III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
 - IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.
- 9.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.
- 9.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 9.3 e 9.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.9 - Do Assentamento em Registros

- 9.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.
- 9.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

9.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

- 9.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

9.11 – Disposições Complementares

- 9.11.1- As sanções previstas nos subitens 9.3, 9.4 e 9.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.
- 9.11.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

10. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. Para **impugnar** presente Pregão qualquer pessoa poderá fazê-lo na forma eletrônica **até 2 (dois) dias úteis** que anteceder a abertura da sessão pública, no endereço eletrônico licitacao.sesdf@gmail.com ou ccomp.dag@saude.df.gov.br, no horário de 08h00 às 18h00.

- 10.1.1. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pela unidade requisitante, decidir sobre a petição, por meio do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção da decisão.

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 10.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que haja modificação dos seus termos que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 10.2. **Os pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pelo endereço **licitacao.sesdf@gmail.com ou ccomp.dag@saude.df.gov.br**, no horário de 08h00 às 18h00.
- 10.2.1. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por meio do site eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 10.3. Declarado o vencedor, o Pregoeiro (a) concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, devendo registrar sua intenção em campo próprio do sistema.
- 10.3.1 Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro (a) não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.3.2 A manifestação motivada da intenção de recorrer será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campos próprios.
- 10.3.3 O interessado deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, pelo sistema eletrônico.
- 10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco A, sala 124 - CEP 70.770-200 – BRASÍLIA – DF.
- 10.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o (a) pregoeiro (a) adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).
- 10.7. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Secretário de Estado de Saúde a decisão final sobre os recursos contra atos do (a) Pregoeiro (a), nos termos do art. 8º, IV c/c art. 11, VII, do Decreto 5.450/05.
- 10.7.1. A pregoeira também deverá decidir os recursos impetrados, encaminhando-os à autoridade competente apenas quando mantiver sua decisão.
- 10.8. Manifestada a intenção de interpor recurso, ficarão os demais licitantes intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, nos termos do art. 26, do Decreto 5.450/05.
- 10.9. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Secretário de Estado de Saúde, procederá a homologação do certame.
- 10.10. O recurso contra decisão do(a) pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos termos do § 1º do art. 26 c/c art. 27, todos do Decreto 5.450/05.
- 10.11. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

11. DO CONTRATO

- 11.1. O contrato terá **vigência 12 (doze) meses** a partir de sua assinatura, **podendo ser prorrogado** por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do caput do Art. 57 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, **persistindo as obrigações decorrentes da garantia**, quando houver, sendo seu extrato publicado no DODF a expensas do Contratante;
- 11.2. A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 26.851/2006, no Decreto nº 26.993/2006, no decreto nº 27.069 e na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.
- 11.3. O prazo para assinatura do contrato **será de até 05 (cinco) dias úteis contados** a partir da intimação nesse sentido.
- 11.4. O Contrato subordina-se ao **Termo Padrão N.º 04/2002**, em conformidade com o Decreto 23.287 de 17/10/2002 do Distrito Federal.
- 11.5. Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; ou,

III - fiança bancária.

11.5.1. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

11.5.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

11.5.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

11.5.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

11.6. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

11.7. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no Inciso XXIII, do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

11.8. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.

11.9. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

11.10. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.

11.11. O contrato a ser firmado pode ser reajustado após transcorrido 1 (um) ano de sua vigência, em conformidade com a legislação pertinente. O preço acordado é fixo e irrevogável antes da periodicidade anual, e será reajustado observada a periodicidade anual;

11.12. O critério de repactuação, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela.

11.13. A variação de preços para efeito de repactuação anual será medida pelo índice IPCA apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo. Devendo a contratada para tanto, apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, com demonstração analítica.

11.14. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto n.º 16.098 de 29/11/94).

11.15. Aplica-se a este certame o Decreto-DF nº 36.107/2014, (ANEXO VII) que dispõe sobre a aplicação no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Subsecretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão;

11.16 Por ocasião da celebração do contrato ou da ATA, deverá ser exigida da empresa licitante a seguinte documentação, (Decisão nº 2.731/2015 TCDF), nos seguintes termos:

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- a) Laudo de Atividade Antimicrobiana do Desinfetante/sanitizante usado para o processamento da roupa hospitalar contra os seguintes microrganismos:
- *Staphylococcus aureus*.
 - *Salmonella choleraesuis*.
 - *Pseudomonas aeruginosa*.
- b) Apresentar **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária) vigente, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, Distrital ou Municipal, nos termos da RDC 06/2012, de 30 de janeiro de 2012.
- c) **Fichas Técnicas e de Segurança dos produtos** domissanitários utilizados na lavanderia para o processamento do enxoval hospitalar, assinadas pelo químico responsável, contendo todas as informações técnicas e de segurança, tais como: composição, modo, dosagem e precauções de uso.
- Registro dos produtos saneantes domissanitários utilizados para o processamento do enxoval hospitalar, ou notificação ou dispensa do registro dos mesmos, emitidos pelo Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano).
- d) A empresa deve ainda apresentar os documentos abaixo relacionados, conforme orientação da ANVISA em sua Cartilha VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LICITAÇÃO PÚBLICA, de julho de 2013, no que diz respeito à contratação de serviços de lavanderia hospitalar:
- Procedimento Operacional Padrão da lavanderia – POP.
 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR 07.
 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR 09.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- 12.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.
- 12.3. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, quaisquer que sejam os seus valores, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) anexo(s) deste ato convocatório.
- 12.4. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.
- 12.5. A Contratada terá 30 (trinta) dias a contar da data da formalização do contrato para assumir a execução do serviço.
- 12.6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 12.7. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho, conforme preconiza a NR 07, que compõe Portaria nº. 3.214 de 08/06/78 e suas alterações;
- 12.8. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, possuir capacidade técnica operativa e profissional - equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados;
- 12.9. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, fornecer toda mão de obra capacitada e necessária, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos para execução dos serviços ora contratados;
- 12.10. Submeter à apreciação da CONTRATANTE o resultado final do processamento, para avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;
- 12.11. Fazer devolução de objetos de propriedade da SES-DF ou dos pacientes que porventura forem misturados à roupa;
- 12.12. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades emergenciais para o suprimento de roupas limpas;
- 12.13. Identificar os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: balanças, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;
- 12.14. Realizar a entrega do enxoval nos horários determinados pela CONTRATANTE;
- 12.15. Submeter-se à fiscalização permanente dos executores do contrato, designados pela CONTRATANTE;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 12.16. Separar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 12.17. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir a Legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados;
- 12.19. Tomar providências relativas aos treinamentos necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- 12.20. Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços;
- 12.21. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso;
- 12.22. Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação dos serviços;
- 12.23. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;
- 12.24. Manter seu pessoal uniformizado e identificado mediante crachá com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;
- 12.25. Atender de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 12.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como Prevenção de Incêndio nas áreas da CONTRATANTE.
- 12.27. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- 12.28. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, Distritais e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 12.29. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 12.30. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes;
- 12.31. Dispor de um responsável técnico com formação mínima de nível médio, capacitação em segurança e saúde ocupacional e que responda perante a vigilância sanitária pelas ações ali realizadas;
- 12.32. Informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos, perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada.
- 12.33. Os formulários de registro de peso da roupa coletada e entregue, de duas vias, serão fornecidos pela Contratada, conforme modelo de avaliação e controle em anexo (ANEXO IV).
- 12.34. A licitante deverá fornecer e instalar balanças digitais tipo plataforma compatíveis com o peso do enxoval e com os carros de coleta de roupa, com laudo de aferição válido por 06 (seis) meses emitido por empresa especializada.
- 12.35. A licitante deverá fornecer ainda carrinhos para transporte de roupa suja e limpa, conforme a necessidade apresentada pela unidade hospitalar. Os carrinhos deverão ser do tipo "container", com tampa, lavável, com dreno para eliminação de líquidos (no caso daqueles destinados a transportar roupa suja) e devem ainda estar devidamente identificados para o transporte de roupa limpa ou suja.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Indicar o executor interno do contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º.
- 13.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada.
- 13.3. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 13.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.
- 13.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 13.6. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 13.7. A CONTRATANTE disponibilizará o acondicionamento correto das roupas sujas a serem recolhidas, transportadas e processadas, conforme as normas vigentes;
- 13.8. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da Contratada, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato;
- 13.9. Prestar aos empregados da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;
- 13.10. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidado para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos e/ou aos equipamentos sejam deixados juntamente com a roupa suja nos sacos de coleta de roupa;
- 13.11. Comunicar formal e imediatamente a contratada qualquer desvio na qualidade ou anormalidade no funcionamento dos serviços;
- 13.12. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, contando a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;
- 13.13. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades, quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 13.14. A CONTRATANTE só atestará a nota fiscal mediante o cumprimento total dos serviços contratados;
- 13.15. Em conformidade ao exarado pela e Corte de Contas do Distrito Federal em sede da Decisão nº 102/2016, tão somente será realizada Vistoria Técnica nas dependências da empresa vencedora após a efetiva celebração do instrumento contratual.
- 13.16. Vencido o atendimento do "decisiun" da Corte de Contas Distrital, referendada no parágrafo anterior, após a assinatura do contrato será realizada visita técnica realizada por comissão Especial designada pela Gerência de Hotelaria, em dia e hora agendados pela Contratante junto à contratada, a qual terá como objetivo a verificação se a mesma cumpre as Normas do Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde e Processamento de Roupas de Serviços de Saúde/ANVISA. Será emitido quando dessa visita um Atestado de Adequação Técnica das Dependências da Empresa proponente nos termos do ANEXO V deste Termo de Referência.
- 13.17. Além da vistoria técnica referenciada acima, fica ainda reservado à Contratante o direito de visitas às dependências da Contratada, para a supervisão e fiscalização, sempre que julgar necessário, devendo agendar tais vistorias técnicas e podendo utilizar-se do instrumento disponibilizado pela ANVISA para esta finalidade, o qual se encontra apresentado no ANEXO IV do Termo de Referência.

14. DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO SERVIÇO

- 14.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo órgão requisitante, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira do Distrito Federal.
- 14.2. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, à contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que isso de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da contratada. No exercício desse mister, poderá a contratante:
- I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
 - II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
 - III - Determinar nova execução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.
- 14.3. O serviço deverá ser entregue conforme disposto Termo de Referência, Anexo I deste edital.
- a) Será recebido o serviço:
- I – provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado;
 - II – definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.
- b) Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a nota fiscal para efeito de pagamento.
- c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 14.4. Se o licitante vencedor deixar de entregar o serviço dentro do **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste edital;
- 14.5. A contratante poderá, a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei 8.666/93.

15. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 15.1. Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela contratada e deverão ser concluídos e entregues nos prazos definidos pelo órgão contratante, de acordo com o preestabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, **Seguridade Social** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no **Decreto nº 8.302/2014**;
 - II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
 - III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
 - IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
 - V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
 - VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND);
 - VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)**
- 16.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 16.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.
- 16.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 16.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 16.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.
- 16.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

16.7.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

16.7.2. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Todo e qualquer pedido de alteração da Nota de Empenho, oriundo deste Edital, será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.
- 17.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.
- 17.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;
- 17.4. A critério do pregoeiro, que deverá justificar previamente no "chat" de mensagens, o prazo de 1 (uma) hora para o envio de documentos por meio do campo próprio disponibilizado no sistema, ou endereço eletrônico licitacao.sesdf@gmail.com ou ccomp.dag@saude.df.gov.br, em caso de indisponibilidade do primeiro, poderá ser prorrogado por mais 1 (uma) hora.
- 17.5. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.
- 17.6. Ao Secretário de Estado de Saúde fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.
- 17.7. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).
- 17.8. O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 17.9. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 17.10. O Edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, e contemplará:
 - 17.10.1. A estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgão não participantes, observado o disposto no §4º do art. 23, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;
 - 17.10.2. A realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade;
- 17.11. **Desde que justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública não-participante do registro, mediante anuência do órgão gerenciador, em que é assegurada a preferência das adesões aos órgãos e às entidades do Distrito Federal.**
 - 17.11.1. As Aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 17.12 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
 - 17.11.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;
 - 17.11.3. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira contratação por órgão integrante da ata.
- 17.12. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
 - 17.11.1. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 17.13. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 17.13.1. Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- 17.13.2. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- 17.13.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;
- 17.14. O registro a que se refere o item 17.14 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos **arts. 23 e 24 do Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015.**
- 17.14.1. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:
- a. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva e
 - b. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado;
- 17.14.2. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem “b” do item 17.15.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 17.15. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o parágrafo 1º do art 65 da Lei nº 8666/93.
- 17.16. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n 5.061, de 8 de março de 2013.
- 17.17. **Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Redação art 110 Lei 8666/93); Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou na entidade (Redação art 110 Lei 8666/93)**
- 17.18. **Anexos Do Edital: Anexo I – Termo de referência e ANEXOS, Anexo II – Planilha Consolidada de Preços de Mercado, Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preço, Anexo IV – Contrato, Anexo V - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, Anexo VI – Decreto nº 26.851/2006, Anexo VII - Modelo Carta de Apresentação de Proposta Comercial.**
- 17.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, 04 de maio de 2017.

CERIZE HELENA SOUZA SALES

Pregoeira

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR

1 – OBJETO

1.1. Registro de Preços para Prestação de serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto deste Termo de Referência.

1.2. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

1.3. A contratada deverá disponibilizar, na unidade hospitalar para a qual estiver prestando serviços:

- 02 (duas) balanças digitais tipo plataforma (sendo uma para a área suja e outra para a área limpa), com laudo de aferição válido por 06 (seis) meses, emitido por empresa especializada do ramo, sem ônus para a contratante.
- Carrinhos para transporte de roupa suja e limpa. Os carrinhos deverão ser do tipo “container”, com tampa, lavável, com dreno para eliminação de líquidos (no caso daqueles destinados a transportar roupa suja) e devem ainda estar devidamente identificados para o transporte de roupa limpa ou suja.

Item	Carrinhos para transporte - Quantidade
1 - HRS	10 unidades
2 - HRG	10 unidades
3 - HBDF	20 unidades

- 01 máquina seladora, para selagem dos kits que serão confeccionados pela contratante.

1.4. De acordo com a RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012, a qual dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências, tem-se:

“Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

III – processamento de roupas de serviços de saúde: compreende um conjunto de etapas que tem como objetivo final garantir as condições de higiene e qualidade das roupas utilizadas na atenção à saúde. As etapas do processamento de roupas de serviços de saúde compreendem: a retirada e o acondicionamento da roupa suja da unidade geradora; a coleta e o transporte da roupa suja até a unidade de processamento; o recebimento, a pesagem, a separação e a classificação da roupa suja; o processo de lavagem; a centrifugação, a secagem, a calandragem ou a prensagem ou a passadoria a ferro da roupa limpa; a dobra, a embalagem e o armazenamento da roupa limpa; o transporte e a distribuição da roupa limpa.”

1.5. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada.

1.6. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; paisagem da roupa limpa.

1.7. A Contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa, dotada de condições totais a suprir a necessidade – desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

1.8. O ANEXO I do presente Termo de Referência contém as especificações técnicas de todas as etapas envolvidas nesse processo de prestação de serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada. Tal contratação visa a atender:

- a) **Item 1 – Hospital Regional de Sobradinho** - Hospital Regional de Sobradinho (HRS), Centro de Saúde Nº 01, Centro de Saúde Nº 02, Centro de Saúde Nº 03 e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS ad, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS i, UPA – Sobradinho, Clínica da Família Sobradinho II e Clínica da Família Nova Colina.
- b) **Item 2 - Hospital Regional do Gama** - Hospital Regional de Gama (HRG), Centro de Saúde Nº 01, Centro de Saúde Nº 02, Centro de Saúde Nº 03, Centro de Saúde Nº 04, Centro de Saúde Nº 05, Centro de Saúde Nº 06, Centro de Saúde Nº 08 e Policlínica do Gama.
- c) **Item 3 - Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)**

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. MOTIVAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

Considerando que na estrutura hospitalar, os serviços de lavanderia desempenham papel fundamental para a continuidade e qualidade dos serviços prestados, uma vez que a grande maioria dos procedimentos necessita de vestuário limpo e em boas condições de uso;

Considerando que o processamento de roupa dos serviços de saúde é uma atividade complementar que está diretamente ligada à qualidade da assistência prestada, principalmente no que se refere ao conforto e à segurança do usuário e do trabalhador, tendo em vista existir atualmente uma preocupação com os riscos presentes nessa área e um maior controle sanitário das atividades realizadas neste segmento;

Considerando que o enxoval hospitalar deve ser processado de maneira adequada, atendendo às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de modo a garantir a segurança dos pacientes quanto ao risco de infecção hospitalar;

Considerando que as lavanderias das Coordenações citadas acima não têm condições de funcionar, pelos motivos apresentados abaixo:

- **HBDF:** estrutura física inadequada, em desconformidade com as normas vigentes; maquinário obsoleto, que não permite automação do processo de lavagem e representa risco para os operadores; escassez de mão de obra; ambiente insalubre. O hospital recebeu, em 2013, um parecer pela interdição da lavanderia emitido pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Distrito Federal – DIVISA/DF, devido ao risco potencial que esta representa aos servidores da área, aos usuários do sistema de saúde do DF, à comunidade e ao meio ambiente.
- **Sobradinho:** dos hospitais da Rede SES/DF é o que tem a pior estrutura física e maquinário em péssimas condições de funcionamento, colocando em risco constante a vida dos servidores do setor e também dos usuários dos serviços de saúde do hospital, pois não há condições de se garantir o processamento adequado e seguro da roupa hospitalar. Sua caldeira foi interditada em 2016.
- **Gama:** o hospital teve sua caldeira paralisada em 2013, o que impossibilitou o funcionamento dos maquinários da lavanderia, os quais necessitam de aquecimento para funcionar adequadamente e garantir a eficácia e segurança do processo de lavagem do enxoval hospitalar. Laudos técnicos comprovam a impossibilidade de funcionamento da caldeira, devido à deterioração do equipamento e ao risco que representa para os trabalhadores do local.

2.1.1 Considerando que os serviços de lavanderia hospitalar são serviços classificados como de natureza contínua, uma vez que a suspensão da prestação destes afetaria o funcionamento do hospital como um todo, e, sobretudo, a assistência aos pacientes, impactando de forma negativa no atendimento à população e gerando uma situação de calamidade pública;

2.1.2. Considerando o Manual de Lavanderia 1986/ANVISA e sua versão atualizada (Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos - 2009), fica evidenciado que as unidades de processamento de

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

Roupas anteriormente citadas vêm trabalhando, nos últimos anos, de forma perigosa e insegura, estando em desconformidade com as normas vigentes;

2.1.3. Considerando as condições de trabalho dos servidores nas Centrais de Processamento de Roupas das Regionais de Saúde, a qualidade dos equipamentos, os mobiliários, a deficiência do espaço físico, o estado precário das instalações elétricas e hidráulicas, fica claro que é impossível promover o mínimo de conforto e segurança para os clientes e para os trabalhadores deste serviço;

2.1.4. Considerando que a vacância produzida pela extinção total ou parcial de diversos cargos do quadro geral do serviço público provocou uma carência no quadro de pessoal do setor de lavanderia. Logo, a falta de recursos humanos para produção, controle e distribuição de estoques, confecção e reparos de enxoval, enseja a contratação de pessoa jurídica para a execução das atividades descritas neste Termo de Referência, amparada pelo Decreto nº 2.271 de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e, por analogia, pela Lei nº 9.632 de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

2.2 – OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando o exposto e ressaltando que a unidade de Processamento de Roupas Hospitalar é um segmento do hospital que requer empenho contínuo de todos que ali executam suas atividades, o trabalhador que atua na lavanderia deve ser capacitado para a execução dos serviços no que se refere aos seguintes aspectos:

- Técnicos;
- Operacionais;
- Legais;
- Preventivos e de controle de infecção;
- De segurança e de saúde ocupacional;
- De exposição aos agentes químicos, biológicos e físicos;

Considerando que a Central de Processamento de Roupas Hospitalar incorpora várias áreas intimamente relacionadas: lavanderia, rouparia, hospitalidade da hotelaria cirúrgica, tendo por finalidade a recepção, separação, processamento, confecção, reparo, fornecimento e distribuição da roupa em condições de uso, com higiene, quantidade, qualidade e conservação, à clientela hospitalar;

Considerando que as funções inerentes à contratação pretendida, através de empresa especializada, segue a tendência mundial para as administrações, tanto do Setor Público, quanto do Setor Privado, de que as atividades meio devem ser terceirizadas, de maneira a concentrar esforços e recursos para as atividades fim. O processo de terceirização vem sendo mais utilizado por setores públicos que se preocupam com a produtividade e a qualidade dos produtos gerados. De acordo com essa diretriz, esta Secretaria de Saúde resolveu adotar o modelo de complementação pela iniciativa privada para o GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, motivado por fatores diversos, dentre os quais podemos destacar que, para atender com eficácia a demanda, é necessário cumprir, no mínimo, com as exigências estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle e, ainda, com intuito de afastar a possibilidade de custos elevados, lentidão na aquisição de equipamentos, materiais diversos e mão de obra necessária para a execução das atividades inerentes ao objeto.

É fator crucial para a Administração a busca de instrumentos que propiciem a boa qualidade da prestação dos serviços à população, prevenindo, por meio de medidas diversas, a ocorrência de doenças, a exposição dos servidores e pacientes a infecções, sem, contudo, comprometer o efetivo que, uma vez descompromissados das atividades de que trata o objeto em questão, podem ser destinados a outras funções compatíveis e essenciais.

Diante do exposto, a contratada terá melhores condições de acompanhar a evolução tecnológica do mercado, diminuindo o custo operacional e garantindo a qualidade dos seus serviços, o que para esta Secretaria se traduz em viabilidade operacional e econômica. As empresas terceirizadas possuem uma maior flexibilidade para substituir máquinas muito usadas ou totalmente obsoletas por modelos de tecnologia mais atuais e que geram menos custo de manutenção, de reposição de peças e de consumo de energia e água, comparando-se à capacidade de compra da Administração Pública. O que mais se observa no âmbito público é o grande número de máquinas e de equipamentos obsoletos, às vezes, decorrente da indisponibilidade orçamentária e financeira, de recursos humanos ou mesmo de processos de contratações morosos. A terceirização pretendida ensejará melhor conservação e tratamento da rouparia, atendendo à demanda das regionais de saúde e às normas vigentes, beneficiando, em última análise, a população do Distrito Federal, usuária do sistema de saúde.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

Ademais, considerando-se a ausência de pessoal que atenda adequadamente a demanda de serviços de lavanderia hospitalar e a manutenção dos equipamentos de lavanderia, bem como o índice de vida útil têxtil e o aumento da demanda, opta-se pela terceirização da solução.

Desta forma, a ação acarretará vantagens para a Administração, considerando os seguintes fatores:

- Manutenção da uniformidade, padrão de higiene, boa apresentação pessoal, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais;
- Padronizações e melhores condições de trabalho para os servidores que utilizarão roupas adequadas e em perfeito estado;
- Economicidade na ação, considerando, dentre os critérios socioambientais que deverão ser observados nas aquisições e contratações de obras e serviços para construção/reforma de uma lavanderia padrão hospitalar, o seguinte:
- Economia no consumo de água e energia;
- Disponibilidade de material sempre em perfeito estado e condições de uso;
- No tocante à necessidade de reforma das lavanderias existentes na SES/DF, deve ser considerado que a construção de banheiros específicos, masculino e feminino para área crítica e área não crítica, como os respectivos vestiários, além de todas as adaptações necessárias ao atendimento das normas e exigências da ANVISA, seriam extremamente dificultosas pela necessidade de área física específica para essa atividade, disponibilidade essa que a SES/DF não apresenta atualmente, devido às construções antigas nas quais funcionam a maior parte dos serviços de saúde;
- Economia no que diz respeito à execução de instalações apropriadas para gases especiais, pois se evitaria a aquisição, instalação e manutenção de caldeiras, equipamento necessário para o fornecimento de vapor necessário à desinfecção do enxoval hospitalar, assim como economia com pessoal especializado para a operação das caldeiras, com consumo de GLP e óleo diesel, e com instalações especiais para tubulação de vapor;

A responsabilidade da geração dos resíduos também é outro fator decisivo para a tomada de decisão de contratação para prestação dos serviços pretendidos, pois o tratamento e destino final desses resíduos serão de responsabilidade da contratada, a qual deverá por força do contrato a ser firmado, a luz da legislação regente (Lei nº 12.305/2010), responsabilizar-se pelos mesmos;

Manutenção do foco da SES/DF, priorizando a atenção na qualidade de atendimento ao usuário, evitando os possíveis problemas operacionais inerentes à lavanderia;

Priorizando a segurança e a saúde dos usuários e servidores, e levando em consideração a premissa de que a saúde se insere na órbita dos direitos sociais, constitucionalmente garantidos, sendo um direito fundamental do ser humano e devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, é que se procedeu à elaboração deste Termo de Referência para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar. Além de eliminar a necessidade de disponibilização/readequação de área física para atividade não fim nas unidades de saúde, de aquisição de equipamentos de lavanderia e de materiais, essa contratação garantirá o fornecimento do serviço na exata dimensão da necessidade e reduzirá, significativamente, o risco de contaminação e infecção hospitalar.

2.3 - JUSTIFICATIVA DE REGISTRO DE PREÇO

Será adotado o sistema de Registro de Preço, devido ao objeto deste Termo de Referência se enquadrar nos Incisos I e II do Art. 3º do Decreto nº 36.519/2015.

2.4 – DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

De acordo com o previsto no art. 4º do Decreto nº 36.519 de 2015, se restringe à Subsecretaria de Logística da SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão – o procedimento de Intenção de Registro de Preço.

2.5 – DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO DE EMPRESAS

Quando da participação no certamente licitatório, assim como, da possível contratação por intermédio de Empresas em Consórcio, deverão atender comprovadamente o que preceitua a Lei nº 8666/1993, Art. 33 - I – II – III – IV – V, §1º e §2º, culminado com as legislações vigentes aplicáveis ao Distrito Federal.

2.6 – SUBCONTRATAÇÃO

Em conformidade com a Lei que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o que dispõem os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da [Constituição Federal](#) e a [Lei](#)

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte).

É permitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente conforme o enunciado pela Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, Capítulo V, Seção I, art. 48 - II.

3 – ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Ressalta-se, que a execução dos serviços detalhados neste Termo de Referência tem natureza continuada, possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, comparáveis por meio de especificações definidas. Essa justificativa encontra amparo legal no Parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, para enquadramento na categoria Serviços Comuns.

A classificação de bens/serviços comuns justifica-se, neste caso, por serem serviços de fácil acesso e cujas especificações são usualmente e amplamente encontrados no mercado e, por isso, são ditos como de prateleira.

Será adotado o Sistema de Registro de Preço devido ao objeto deste Termo de Referência se enquadrar nos incisos II e IV do Art. 3º do Decreto nº 36.519/2015.

4 – DAS NORMAS

Os comandos legais pertinentes à lavanderia estão contidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009, ANVISA, o qual atualiza o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde - 1986, congregando instrumentos normativos elaborados com a finalidade de atender aos seguintes requisitos:

- Controle das infecções;
- Recuperação, conforto e segurança do paciente;
- Facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho;
- Racionalização de tempo e material;
- Redução dos custos operacionais.

O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas seguintes normas:

- Manual de Lavanderia Hospitalar da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA 1986 e suas atualizações;
- RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012, a qual dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde;
- Outras fontes técnicas de pesquisa.

5. DOS QUANTITATIVO ESTIMADO – KG/DIA DE ROUPA SUJA

5.1. Para se determinar o quantitativo e o peso estimados da roupa, faz-se necessário conhecer o número total de leitos do serviço, sua taxa de ocupação, características da clientela, o tipo de serviço/hospital ou suas finalidades, o número de procedimentos realizados, a frequência de troca de roupa dos leitos e o volume de roupa usada pelas diversas unidades.

5.2. O quantitativo estimado de KG/DIA de roupa suja é determinado com base no Manual de Processamento de Roupa dos serviços de Saúde – ANVISA 1986 e suas atualizações, no qual está inserida a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Nº de leitos} \times \text{kg/leito/dia} \times 7 \text{ dias}}{\text{Jornada de trabalho por semana}} = \text{kg/dia}$$

5.3. A tabela abaixo fornece uma estimativa da carga de roupa a ser utilizada na fórmula acima, de acordo com o tipo de serviço:

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

TIPO DE HOSPITAL	CARGA DE ROUPA
Hospital de longa permanência, para pacientes crônicos	2 kg/leito/dia
Hospital geral, estimando-se uma troca diária de lençóis	4 kg/leito/dia
Hospital geral de maior rotatividade, com unidades de pronto-socorro, obstetrícia, pediatria, e outras	6 kg/leito/dia
Hospital especializado de alto padrão	8 kg/leito/dia
Hospital escola	8 a 15 kg/leito/dia

5.4. Segue abaixo o quantitativo estimado de roupa a ser processada em cada unidade de Saúde contemplada no presente Termo de Referência, de acordo Manual de Processamento de Roupa dos serviços de Saúde – ANVISA 1986 e suas atualizações. Cada Coordenação de Saúde corresponde a um Item independente, para efeito da licitação a ser realizada:

Item	Hospital	Nº de leitos	Quantitativo kg/dia de roupa processada	QT/DIA	Estimativa a Kg/mês 30 dias	Estimativa Kg/ano 12 meses	+ 20% (margem de segurança)	TOTAL
01	HRS	254	$(254 \times 8 \times 7) / 7 = 2.272$ kg/dia	2032	60.960	731.520	146.304	877.824
02	HRG	359	$(359 \times 6 \times 7) / 7 = 3.150$ kg/dia	2872	86.160	1.033.920	206.784	1.240.704
03	HBDF	697	$(697 \times 8 \times 7) / 7 = 6.784$ kg/dia	5576	167.280	2.007.360	401.472	2.408.832

*kg/leito/dia: 8 kg - Hospital Escola. (Fonte: Manual de Lavanderia de 1986).

*HRS - Portaria de contratualização Nº 3.026, de 16 de dezembro de 2008 e Portaria Interministerial Nº 2.161, de 30 de setembro de 2013).

5.4.1 JUSTIFICATIVA QUANTITATIVO ESTIMADO

Esclarece-se que o número de leitos foi reajustado e atualizado, com base em dados obtidos junto à SUPRAC, memorando nº 22/2014–GECES/DICOAS/SUPRAC/ SES.

Ressalta-se que o número de leitos informado corresponde apenas ao número de leitos hospitalares de internação, **o que se chama de leitos efetivos.**

Considerando que nesse quantitativo **não estão incluídos os leitos de observação**, que são aqueles temporários, ocasionados em virtude da grande demanda por atendimento nas unidades de pronto socorro e unidades de pronto atendimento;

Considerando, ainda, que a região atende uma série de outros serviços de saúde, os **quais não possuem leitos efetivos**, como:

- **Sobradinho** - Centro de Saúde Nº 01, Centro de Saúde Nº 02, Centro de Saúde Nº 03 e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS ad, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS i, UPA – Sobradinho, Clínica da Família Sobradinho II e Clínica da Família Nova Colina.

- **Gama** - Centro de Saúde Nº 01, Centro de Saúde Nº 02, Centro de Saúde Nº 03, Centro de Saúde Nº 04, Centro de Saúde Nº 05, Centro de Saúde Nº 06, Centro de Saúde Nº 08 e Policlínica do Gama.

Todas essas unidades, apesar de não possuírem leitos efetivos, necessitam de roupas para realizar uma série de procedimentos e atendimentos. Por isso, o número de leitos informado na tabela acima, trata-se apenas de uma estimativa, pois o quantitativo real deve considerar as UBS – Unidades Básicas de Saúde, PSR – Posto de Saúde Rural, CS – Centros de Saúde, PSU – Posto de saúde Urbano, PSF – Programa Saúde da Família e CAPS, que são atendidos, além de outras especificidades. **Em razão do exposto, adotou 20% como índice visando abranger as demais unidades de saúde e demandas excepcionais.**

6 - DA VISITA TÉCNICA

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

6.1 Recomenda-se que todas as empresas realizem visita técnica e apresentem o Atestado de Visita técnica (**ou abstenção de visita técnica**) - (ANEXOS II) fornecido pela Administração do Hospital visitado, comprovando que a proponente, através de seu representante técnico responsável, vistoriou os locais aos quais serão prestados os serviços e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições específicas para o cumprimento das obrigações objeto da contratação pretendida.

6.2 A vistoria e demais procedimentos daí decorrentes visam resguardar o licitante de possíveis falhas na elaboração da proposta, sendo que, em hipótese alguma a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, da dinâmica de funcionamento do serviço, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a licitante vencedora assumir todos os ônus dos serviços decorrentes.

A visitação técnica não se configurará como obrigação a fim de comprovar a qualificação técnica da licitante, é uma faculdade conferida aos interessados para uma melhor elaboração das propostas, como retro mencionado. As visitas deverão ser agendadas no horário comercial, com a Diretoria Administrativa de cada regional de saúde contemplada no objeto desse Termo de Referência, através dos telefones abaixo relacionados.

REGIONAL DE SAÚDE	TELEFONE
HBDF	3315-1707 / 3224-0459
HRS	3487-9332 / 3387-9316 / 3387-0825
HRG	3556-0275

6.3. A visita poderá ser realizada até dois dias úteis antes da data marcada para a licitação, por um responsável técnico devidamente credenciado e identificado que possua qualificação necessária para a devida avaliação dos trabalhos a serem prestados.

6.4. A vistoria, em cada Coordenação, deverá ser acompanhada pelo Diretor Administrativo e/ou Chefe da Lavanderia, ou alguém designado pela Administração do Hospital. Ao final da vistoria, o Diretor Administrativo e/ou Chefe da Lavanderia devem certificar que determinada empresa realizou a vistoria em sua regional de saúde, conforme Atestado de Visita anexo a este Termo de Referência (ANEXO II).

7 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e 10.520 de 17 de julho de 2002.

8 - DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

8.1. Tomou-se por base o número de leitos existentes nos hospitais em tela, que atualmente é de aproximadamente 1310 **leitos**, para elaboração da planilha de custo e formação de preços. Foi usada a fórmula para o cálculo de kg/dia conforme categoriza o Manual de Processamento de Roupas dos Serviços de Saúde- ANVISA 1986 e suas atualizações, estimando-se a carga diária de roupa a ser processada por unidade de serviço conforme descrito neste Termo de Referência.

8.2. O julgamento será realizado pelo **menor preço por quilo de roupa processada**, para cada Item, considerando todo o serviço necessário para o processamento da roupa suja (recolhimento da roupa suja nos expurgos centrais, pesagem, transporte, processamento, embalagem, pesagem e entrega). Na apresentação das propostas deverão ser incluídos todos os custos, considerando este valor total para 12 (doze) meses, o prazo inicial previsto para a contratação pretendida, podendo estender-se por até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante prorrogações sucessivas e anuais.

8.3. A proposta apresentada deverá conter detalhadamente:

- Custo de mão de obra: incluir na formação de preço de mão de obra a jornada de trabalho adotada, feriados trabalhados, adicionais de insalubridade e periculosidade, encargos sociais e benefícios;
- Dimensionamento de mão de obra;
- Custo de Equipamentos e das Instalações;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- Custo de Produtos Químicos;
- Custo de Transporte;
- Custo com manutenção predial e de equipamentos, além de outros que mantém relação direta ou indireta com o objeto a ser contratado.

8.4. A unidade utilizada como medida para a contratação dos serviços será o **quilograma de roupa processada**, devendo estar incluído todo o serviço, materiais e equipamentos para o processamento da roupa hospitalar, serviço de costuraria, distribuição e controle do enxoval, **disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, sacos de hamper, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto deste Termo de Referência.**

8.5. As licitantes deverão apresentar declaração de que os preços oferecidos englobam a prestação dos serviços na sua totalidade, materiais (insumos para higienização da roupa, embalagem e identificação), mão de obra e todos os encargos trabalhistas, tributos, seguros, transporte e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

8.6. Os custos referentes ao Gerenciamento de Resíduos gerados com o processamento da roupa também deverão vir discriminados na proposta, além dos custos com logística para **02 (duas) coletas e entregas regulares e 01 (uma) para caso emergencial**, e estrutura que garanta o processamento e devolução total da roupa/enxoval coletado em 24h.

8.7. Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser preenchida pelos proponentes, conforme ANEXOS: VII, VII "A" e "B" tendo em vista a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa 03, de 16 de outubro de 2009, Instrução Normativa 04 de 11 de novembro de 2009, Instrução Normativa 05 de 18 de dezembro de 2009, Instrução Normativa 06 de 23 de dezembro de 2013 e Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014 **(NO QUE COUBER)**.

9 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1. Obrigações e responsabilidades da contratante

9.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

9.1.2. A CONTRATANTE disponibilizará o acondicionamento correto das roupas sujas a serem recolhidas, transportadas e processadas, conforme as normas vigentes;

9.1.3. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da Contratada, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato;

9.1.4. Prestar aos empregados da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

9.1.5. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidado para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos e/ou aos equipamentos sejam deixados juntamente com a roupa suja nos sacos de coleta de roupa;

9.1.6. Comunicar formal e imediatamente a contratada qualquer desvio na qualidade ou anormalidade no funcionamento dos serviços;

9.1.7. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, contando a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;

9.1.8. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades, quaisquer débitos de sua responsabilidade;

9.1.9. A CONTRATANTE só atestará a nota fiscal mediante o cumprimento total dos serviços contratados;

9.1.10. Em conformidade ao exarado pela e Corte de Contas do Distrito Federal em sede da Decisão nº 102/2016, tão somente será realizada Vistoria Técnica nas dependências da empresa vencedora após a efetiva celebração do instrumento contratual.

9.1.11. Vencido o atendimento do "decisiun" da Corte de Contas Distrital, referendada no parágrafo anterior, após a assinatura do contrato será realizada visita técnica realizada por comissão Especial designada pela Gerência de Hotelaria, em dia e hora agendados pela Contratante junto à contratada, a qual terá como objetivo a verificação se a mesma cumpre as Normas do Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde e Processamento de Roupas de Serviços de

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

Saúde/ANVISA. Será emitido quando dessa visita um Atestado de Adequação Técnica das Dependências da Empresa proponente nos termos do ANEXO VI deste Termo de Referência.

9.1.12. Além da vistoria técnica referenciada acima, fica ainda reservado à Contratante o direito de visitas às dependências da Contratada, para a supervisão e fiscalização, sempre que julgar necessário, devendo agendar tais vistorias técnicas e podendo utilizar-se do instrumento disponibilizado pela ANVISA para esta finalidade, o qual se encontra apresentado no ANEXO V deste Termo de Referência;

9.2. Obrigações e responsabilidades da contratada

9.2.1. A Contratada terá 30 (trinta) dias a contar da data da formalização do contrato para assumir a execução do serviço.

9.2.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9.2.3. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho, conforme preconiza a NR 07, que compõe Portaria nº. 3.214 de 08/06/78 e suas alterações;

9.2.4. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, possuir capacidade técnica operativa e profissional - equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados;

9.2.5. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, fornecer toda mão de obra capacitada e necessária, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos para execução dos serviços ora contratados;

9.2.6. Submeter à apreciação da CONTRATANTE o resultado final do processamento, para avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;

9.2.7. Fazer devolução de objetos de propriedade da SES-DF ou dos pacientes que porventura forem misturados à roupa;

9.2.8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades emergenciais para o suprimento de roupas limpas;

9.2.9. Identificar os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: balanças, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;

9.2.10. Realizar a entrega do enxoval nos horários determinados pela CONTRATANTE;

9.2.11. Submeter-se à fiscalização permanente dos executores do contrato, designados pela CONTRATANTE;

9.2.12. Separar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

9.2.13. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.14. Cumprir a Legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados;

9.2.15. Tomar providências relativas aos treinamentos necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;

9.2.16. Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços;

9.2.17. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso;

9.2.18. Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação dos serviços;

9.2.19. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;

9.2.20. Manter seu pessoal uniformizado e identificado mediante crachá com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

9.2.21. Atender de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

9.2.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como Prevenção de Incêndio nas áreas da CONTRATANTE.

9.2.23. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 9.2.24. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, Distritais e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 9.2.25. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 9.2.26. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes;
- 9.2.27. Dispor de um responsável técnico com formação mínima de nível médio, capacitação em segurança e saúde ocupacional e que responda perante a vigilância sanitária pelas ações ali realizadas;
- 9.2.28. Informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos, perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada.
- 9.2.29. Os formulários de registro de peso da roupa coletada e entregue, de duas vias, serão fornecidos pela Contratada, conforme modelo de avaliação e controle em anexo (ANEXO IV).
- 9.2.30. A licitante deverá fornecer e instalar balanças digitais tipo plataforma compatíveis com o peso do enxoval e com os carros de coleta de roupa, com laudo de aferição válido por 06 (seis) meses emitido por empresa especializada.
- 9.2.31. A licitante deverá fornecer ainda carrinhos para transporte de roupa suja e limpa, conforme a necessidade apresentada pela unidade hospitalar. Os carrinhos deverão ser do tipo “container”, com tampa, lavável, com dreno para eliminação de líquidos (no caso daqueles destinados a transportar roupa suja) e devem ainda estar devidamente identificados para o transporte de roupa limpa ou suja.

10. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota de empenho devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

11. PRAZO E LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de assinatura do contrato pelas partes.
- 11.2. Os serviços de processamento de lavagem de roupa serão prestados nas dependências e instalações da CONTRATADA.
- 11.3. O horário para coleta da roupa suja e distribuição da roupa limpa nas dependências da Contratante deverá se dar conforme acordo estabelecido com o chefe do Núcleo de Lavanderia e Rouparia da Coordenação e o executor central do contrato, de forma a respeitar a rotina interna da unidade.
- 11.4. Serão realizadas 02 (duas) coletas e 02 (duas) entregas diárias de roupas, cujos horários serão estabelecidos junto às regionais de saúde, de forma a ficar compatível com a logística de funcionamento da mesma. Os serviços deverão ser prestados de 2ª a domingo, mesmo em se tratando de feriados. Deverá ser prevista mais uma coleta e entrega em caso de emergência ou eventuais casos não passíveis de previsão.
- 11.5. A roupa suja a ser coletada e a roupa limpa a ser devolvida deverão ser pesadas por funcionário da contratada, e a pesagem deverá ser acompanhada por servidor da contratante;
- 11.6. O peso aferido deverá ser registrado no rol de recebimento em duas vias, sendo uma entregue à contratada e outra ficando com a contratante;
- 11.7. O enxoval limpo deverá ser transportado do local de processamento da CONTRATADA até o hospital, preferencialmente, em veículo exclusivo ou com compartimento exclusivo para roupas limpas. No caso de se utilizar o mesmo veículo para transporte de roupas limpas e sujas, deve-se primeiramente distribuir toda a roupa limpa, e posteriormente realizar-se a coleta da roupa suja. Em seguida o veículo deve passar pelo processo de limpeza e desinfecção, conforme preconização da ANVISA em seu Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco (ANVISA – 2009);
- 11.8. As roupas sujas deverão ser transportadas pela CONTRATADA, preferencialmente, em veículo exclusivo ou com compartimento exclusivo para roupas sujas. No caso de se utilizar o mesmo veículo para transporte de roupas limpas e sujas, deve-se primeiramente distribuir toda a roupa limpa, e posteriormente realizar-se a coleta da roupa suja. Em seguida o veículo deve passar pelo processo de limpeza e desinfecção, conforme preconização da ANVISA em seu Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco (ANVISA – 2009);

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

11.9. Os produtos saneantes domissanitários deverão ser utilizados na forma líquida e automatizados com os devidos dosadores, conforme recomendação da ANVISA.

11.10. O transporte externo concomitante de roupa limpa e suja pode ocorrer se a área de carga do veículo for fisicamente dividida em ambientes distintos com acessos independentes e devidamente identificados, conforme dispõe a RDC nº 6 de 2012 da ANVISA.

11.11. A CONTRATADA deve possuir e apresentar, por escrito, todo o processo de limpeza e desinfecção dos veículos de transporte.

11.12. O enxoval processado deverá ser entregue à Contratante em sacos plásticos transparentes resistentes e fechados por sistema de selagem. Além, de estar acondicionados em equipamentos (carrinhos) que atendam as recomendações da ANVISA.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A presente contratação vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato pelas partes, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que obedecida as mesmas condições estipuladas no Instrumento Contratual, na forma do Inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, com nova redação dada pela Lei nº 9.648/98, através de Termo Aditivo, por acordo entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias para a Contratada e a qualquer tempo para a Contratante.

12.2. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração a qualquer tempo, em face da ocorrência de uma ou mais situação prevista no inciso I do Art. 79 da Lei 8.666/93.

13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercido por um representante da Administração especialmente designado na forma do Art. 67 da Lei 8.666/93 e do Art. 6º do Decreto nº. 2.271/97;

13.2. Caberá ao executor do contrato o registro do peso do enxoval enviado e recebido, bem como de eventos como não conformidades, reprocessamento, conserto e/ou descarte de enxoval para fins de controle e embasamento para o cumprimento do Contrato e Atesto de Nota Fiscal;

13.3. Deverá ser designado um Executor, por Item, para o Contrato, ao qual serão incumbidas atribuições como: contatar a CONTRATADA para solicitar serviços, recebê-los, aprová-los ou não, e atestar as Notas Fiscais;

13.4. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendem os seguintes aspectos:

- Os resultados alcançados em relação ao Contratado, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- O cumprimento das demais obrigações do Contrato;
- A satisfação do público e usuário com o serviço prestado.

13.5. Uma vez iniciada a prestação dos serviços, caberá ao Executor do Contrato conferir mensalmente, para fins de Atesto, a prestação dos serviços realizados antes do pagamento da Fatura, verificando se o quantitativo e valores apresentados pela Contratada são os mesmos registrados na pesagem de entrega pela Contratante.

14. DO VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO

O valor estimado para o atendimento do objeto deste Termo de Referência será realizado pela DIAQ/SUAG/SES, o valor estimado do serviço é R\$ 20.146.752,00 (vinte milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais).

15. DO PROGRAMA DE TRABALHO EM QUE OCORRERÃO AS DESPESAS

O programa de trabalho e a fonte de recursos para este Termo de Referência serão informados pelo Fundo de Saúde/SES.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

16. DOS CRITÉRIOS PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

16.1. Critério de Julgamento

16.1.1. O julgamento será realizado pelo **menor preço por quilo de roupa processada**.

16.2. Validade da Proposta

16.2.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 dias (parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002).

16.3. Elementos para Aferição da Avaliação Técnica

16.3.1. A proposta deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificação em conformidade com o solicitado, contendo descrição clara e detalhada, no idioma português do Brasil, e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar preferencialmente numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da licitante, devendo constar:

- a) nome da proponente, endereço, número do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) **preço unitário por quilo de roupa processada, valor total mensal e total anual**, para os Itens em que deseja concorrer, em moeda nacional, com até quatro casas decimais após a vírgula, os quais deverão ser indicados em algarismo e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por extenso;
- c) define-se como **“quilo de roupa processada”** aquela que foi submetida ao ciclo completo de lavagem, compreendendo: enxagues, umectação, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, desinfecção, acidulação, amaciamento, secagem e passagem.
- d) Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

16.3.2. A empresa deverá apresentar Declaração (conforme **Anexo VIII** deste Termo de Referência) comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado: Laudo de Atividade Antimicrobiana do Desinfetante/sanitizante; **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária); **Fichas Técnicas e de Segurança dos produtos e demais documentação do subitem 17.3. Para a Contratação.**

17. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

17.1. Para a Proposta

17.1.1. A licitante deverá apresentar as seguintes documentações:

- Declaração expressa de que nos preços oferecidos estão incluídos todos os custos com materiais e produtos saneantes domissanitários, mão de obra, prestação dos serviços, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência.

17.2. Para a Habilitação

17.2.1. Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, contemplando, para cada Item que disputar, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos exigidos, conforme os incisos I e II do art. 30 da Lei n.º 8666/93.

Observações: Em caso de diligência para sanar alguma dúvida, o atestado deverá conter:

- Prazo contratual (datas do início e término);
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;
- Caracterização do bom desempenho do licitante.

17.2.2. A identificação da pessoa jurídica emitente do atestado, bem como o nome e o cargo do signatário.

17.2.3. Será admitido o somatório de Atestados de Capacidade Técnica para a comprovação do quantitativo mínimo do item

17.3. Para a Contratação

17.3.1. Laudo de Atividade Antimicrobiana do Desinfetante/sanitizante usado para o processamento da roupa hospitalar contra os seguintes microrganismos:

- *Staphylococcus aureus*.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- *Salmonella choleraesuis*.
 - *Pseudomonas aeruginosa*.
- 17.3.2. Apresentar **Alvará Sanitário** (ou Licença Sanitária) vigente, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, Distrital ou Municipal, nos termos da RDC 06/2012, de 30 de janeiro de 2012.
- 17.3.3. **Fichas Técnicas e de Segurança dos produtos** domissanitários utilizados na lavanderia para o processamento do enxoval hospitalar, assinadas pelo químico responsável, contendo todas as informações técnicas e de segurança, tais como: composição, modo, dosagem e precauções de uso.
- Registro dos produtos saneantes domissanitários utilizados para o processamento do enxoval hospitalar, ou notificação ou dispensa do registro dos mesmos, emitidos pelo Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano).
- 17.3.4. A empresa deve ainda apresentar os documentos abaixo relacionados, conforme orientação da ANVISA em sua Cartilha VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LICITAÇÃO PÚBLICA, de julho de 2013, no que diz respeito à contratação de serviços de lavanderia hospitalar:
- Procedimento Operacional Padrão da lavanderia – POP.
 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR 07.
 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR 09.

17.4. Justificativa para a exigência do laudo de atividade antimicrobiana

A exigência do “Laudo de atividade antimicrobiana do desinfetante/sanitizante” a ser utilizado no processamento de roupas hospitalares encontra respaldo legal no Manual de Lavanderia da ANVISA/1986 e sua versão atualizada (Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos – 2009) e na RDC nº 14 de 2007 da ANVISA.

O Manual de Lavanderia da ANVISA/1986 e sua versão atualizada (Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos – 2009) definem lavagem como sendo o processo que consiste na eliminação da sujeira fixada na roupa, deixando-a com aspecto e cheiro agradáveis, **nível bacteriológico reduzido ao mínimo** e confortável para o uso.

Destaca ainda que a eficiência do ciclo de lavagem não está apenas na eliminação da sujeira, mas também na destruição do grande número de microrganismos presentes na roupa. A RDC/Anvisa nº 14/07 classifica como produto de ação microbiana de uso específico o sanitizante/desinfetante para roupas hospitalares – produto destinado à eliminação ou redução de microrganismos em roupas utilizadas em hospitais e estabelecimentos relacionados à saúde, podendo ser utilizado para pré-tratamento ou para o emprego durante o ciclo de lavagem.

Essa resolução também determina que, para o registro desses produtos, a empresa deve comprovar a eficácia contra *Staphylococcus aureus*, *Salmonella choleraesuis* e *Pseudomonas aeruginosa*.

A exigência do “Procedimento Operacional Padrão da Lavanderia – POP”, do “Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO” e do “Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA” encontra respaldo legal na RDC nº 06 de 2012 da ANVISA e na cartilha VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LICITAÇÃO PÚBLICA, emitida pela ANVISA em julho de 2013. Em seu Art. 18, a RDC nº 06 de 2012 diz que “A unidade de processamento de roupas de serviços de saúde deve possuir normas e rotinas padronizadas e atualizadas de todas as atividades desenvolvidas, que devem estar registradas e acessíveis aos profissionais envolvidos e às autoridades sanitárias”.

Na cartilha VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LICITAÇÃO PÚBLICA, a ANVISA recomenda que o Serviço de Lavanderia “apresente o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional –PCMSO”, “o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais- PPRA”, e que “elabore um Manual de Normas e Rotinas Técnicas com o detalhamento dos itens relativos à limpeza, desinfecção, biossegurança e demais procedimentos pertinentes ao serviço”.

Apresentar declaração de que possui lavanderia hospitalar própria, em pleno funcionamento, com capacidade operativa para assumir de imediato a demanda diária da contratante, conforme quantidade estimada e procedimentos previstos neste Termo de Referência.

18. DOS ITENS

18.1. Cada unidade hospitalar será considerada um item a fim de dar ampla concorrência, permitindo, assim, que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas.

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

18.2. Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens, que está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93, de modo a majorar a competitividade do certame.

18.3. A estimativa de kg/dia na SES-DF foi realizada conforme a classificação da Unidade de Saúde respeitando suas especialidades, considerando as recomendações do Manual de Processamento de Roupas dos Serviços de Saúde- ANVISA 1986 e suas atualizações.

18.4. O kg de roupa estimado por Item está descrito nas tabelas abaixo:

Item	Hospital	Nº de leitos	Quantitativo kg/dia de roupa processada	QT/DIA	Estimativa Kg/mês 30 dias	Estimativa Kg/ano 12 meses	+ 20% (margem de segurança)	TOTAL
01	HRS	254	$(254 \times 8 \times 7) / 7 = 2.272$ kg/dia	2032	<u>60.960</u>	<u>731.520</u>	<u>146.304</u>	877.824
02	HRG	359	$(359 \times 6 \times 7) / 7 = 3.150$ kg/dia	2872	<u>86.160</u>	<u>1.033.920</u>	<u>206.784</u>	1.240.704
03	HBDF	697	$(697 \times 8 \times 7) / 7 = 6.784$ kg/dia	5576	<u>167.280</u>	<u>2.007.360</u>	<u>401.472</u>	2.408.832

19. DO EXECUTOR DO CONTRATO

Para fiscalizar a execução do contrato a Diretoria de cada regional de saúde indicará um executor titular e um executor substituto.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Para garantir o fiel cumprimento do Contrato, a Contratada deverá prestar, no ato da assinatura do contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato, a fim de assegurar a sua execução, podendo ser utilizada para pagamento de multas, obrigações contratuais, indenizações e/ou para cobrir quaisquer despesas decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.

20.2. A garantia de que trata este item deverá ser, preferencialmente, na modalidade de caução em dinheiro, podendo ainda a contratada optar pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, conforme dispõe o Art. 56 da Lei nº 8.666/93.

21. DA VISTORIA TÉCNICA REALIZADA PELA CONTRATANTE

21.1. Contratada deverá disponibilizar em 20º dias corridos após a assinatura do contrato, suas instalações para a vistoria técnica a ser realizada pela contratante. Após a vistoria será emitida **ORDEM DE SERVIÇO** atestando que a empresa cumpre com as Normas do Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde e Processamento de Roupas de Serviços de Saúde/ANVISA, e que está apta a assumir o objeto do presente Termo de Referência.

21.1. Por ocasião da Visita Técnica realizada por Comissão Especial designada pela Gerência de Hotelaria nas dependências da empresa será observado, além do atendimento às Normas Técnicas editadas pelo Ministério da Saúde, o seguinte:

- Se possui dosador automático para diluição adequada dos produtos a cada lavagem;
- Se utiliza peróxido de hidrogênio para alvejamento e desinfecção das roupas;
- Se as roupas são embaladas em sacos plásticos resistentes para distribuição e transporte;
- Se possui carros tipo contêineres distintos e identificados para transportar roupa limpa e suja.

21.2. A empresa visitada deverá demonstrar possuir lavanderia industrial hospitalar própria instalada, de acordo com a legislação vigente, e apresentar Procedimento Operacional Padrão para as atividades desenvolvidas na mesma.

21.3. Cumprimento das rotinas tais como: utilização adequada dos produtos, adequação da estrutura física, proteção do trabalho frente ao risco de acidentes com material biológico.

21.4. Deverá ser apresentada pela empresa aos visitantes a descrição técnica dos produtos a serem utilizados, suas propriedades e composição química comprovadas por cópias autenticadas do registro válido no DISAD (Divisão Nacional de Vigilância Sanitária e Saneantes e Domissanitários).

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 21.5. Planta física do estabelecimento deverá atender às seguintes condições:
21.6. Barreira física até o teto que separe área limpa de área suja;
21.7. O número e a capacidade de máquinas lavadoras, secadoras, calandras, prensas e balanças deverão ser suficientes e adequados para execução dos serviços, devendo apresentar bom estado de conservação, manutenção e perfeito funcionamento;
21.8. As lavadoras deverão conter: termômetro, indicação de nível de água, válvula de fecho rápido e fonte de aquecimento;
21.9. Apresentar para os membros da comissão de visitantes o resultado do último teste bacteriológico de água e dedetização (insetos e roedores), **com data inferior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data da realização da visita.**
21.10. O instrumento que norteará a vistoria técnica encontra-se no ANEXO V do presente Termo de Referência.

23. DO PARECERISTA

A avaliação técnica das propostas apresentada para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR - **HBDF – CGSS – CGSG** será realizada por servidor lotado na Gerência de Hotelaria ou por alguém indicado por esta unidade.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas.
- 1.2. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada e entregue.
- 1.3. O objeto inclui Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de enxoval hospitalar, envolvendo todas as etapas do processo, tais como: coleta da roupa suja no expurgo central da unidade de saúde, transporte do local de coleta até a lavanderia da contratada, lavagem do enxoval, centrifugação, secagem, calandragem/prensagem da roupa limpa, separação, dobra e embalagem da roupa limpa, transporte e devolução da roupa limpa, com fornecimento de materiais e de todos os produtos saneantes domissanitários necessários à perfeita e total realização dos serviços. Na tabela abaixo estão discriminados os hospitais que fazem parte do objeto do presente certame:

Item	Hospital
1	Coordenação Geral de Saúde de Sobradinho - CGSS
2	Coordenação Geral de Saúde do Gama - CGSG
3	Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF

- 1.4. Para execução dos serviços supramencionados a CONTRATADA deverá garantir mão de obra especializada, pessoal técnico-operacional com qualificação suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária.
- 1.5. A CONTRATADA deverá possuir lavanderia própria especializada para processamento de roupa hospitalar, dotada de condições totais a suprir a necessidade (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda roupa processada), de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar envolverá todas as etapas do processo de higienização das roupas, conforme o padrão estabelecido no Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde de 1986 e suas atualizações.
- 2.2. O processamento das roupas hospitalares será executado nas instalações (lavanderia) da Contratada.
- 2.3. A contratada deverá realizar duas coletas e duas entregas, sendo uma no período matutino e outra no vespertino, inclusive sábado, domingo e feriados. Deve ainda ser prevista uma terceira coleta e entrega, em caso de emergência. O horário exato de coleta e entrega deverá ser definido junto ao executor do contrato, de acordo com a logística de funcionamento e rotina do hospital.
- 2.4. A CONTRATADA deverá possuir, ainda, estrutura e logística adequadas para realizar um possível suprimento emergencial diário da CONTRATANTE.
- 2.5. Para a efetiva execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, na unidade hospitalar (Item) para a qual estiver prestando serviços:
 - 02 (duas) balanças digitais tipo plataforma (sendo uma para a área suja e outra para a área limpa), com laudo de aferição válido por 06 (seis) meses, emitido por empresa especializada do ramo, sem ônus para a contratante.
 - Carrinhos para transporte de roupa suja e limpa. Os carrinhos deverão ser do tipo “container”, com tampa, lavável, com dreno para eliminação de líquidos (no caso daqueles destinados a transportar roupa suja) e devem ainda estar devidamente identificados para o transporte de roupa limpa ou suja.

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

Item	Carrinhos para transporte - Quantidade
1	10 unidades
2	10 unidades
3	20 unidades

- 01 máquina seladora para selagem dos kits que serão confeccionados pela contratante;
- Embalagens plásticas para acondicionamento dos kits a serem confeccionados;
- Sacos hampers de tecido e de plástico (descartáveis) para acondicionamento e transporte das roupas sujas nas unidades intrahospitalares. O peso dos sacos de tecido deve ser descontado do total de roupas para efeitos de pagamento.

2.6. O processamento da roupa hospitalar abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso:

- a) Coleta da roupa suja nas diversas unidades geradoras (competência da contratante);
- b) Transporte da roupa suja das unidades geradoras para o expurgo central - área suja da lavanderia do hospital (competência da contratante);
- c) Pesagem da roupa suja (competência da contratante e contratada);
- d) Transporte, em veículo apropriado, do enxoval a ser processado, para a lavanderia da contratada (competência da contratada);
- e) Separação da roupa suja (competência da contratada);
- f) Processamento (lavagem) da roupa suja (competência da contratada);
- g) Secagem, calandragem/prensagem do enxoval (competência da contratada);
- h) Separação, dobra e embalagem da roupa limpa (competência da contratada);
- i) Reparo das roupas danificadas (competência da contratada);
- j) Transporte do enxoval processado para o setor de lavanderia da contratante – área limpa (competência da contratada);
- k) Pesagem da roupa processada (competência da contratada e contratante);
- l) Recebimento e Acondicionamento da roupa limpa (competência da contratante);
- m) Confeção de kits para serem distribuídos às unidades (competência da contratante);
- n) Distribuição dos kits às unidades intra-hospitalares (competência da contratante).

2.1. Coleta da roupa suja nas unidades geradoras e transporte até o expurgo central:

- 2.1.1. A coleta da roupa suja nas diversas unidades geradoras (intra-hospitalares) será feita pela contratante, que transportará essas roupas até a área suja da lavanderia da contratante (expurgo central), onde a contratada procederá à pesagem (na presença da contratante) da mesma, coleta e transporte para a lavanderia da contratada, local no qual a roupa será processada.
- 2.1.2. A coleta será feita com a utilização de carrinhos tipo “container” fornecidos pela contratada, com tampa, lavável, com dreno para eliminação de líquidos e devidamente identificado, os quais NÃO devem servir à distribuição de roupas limpas. A higienização do equipamento deverá seguir normas afins, e será de responsabilidade da contratante;
- 2.1.3. As roupas retiradas, diariamente, deverão ser devidamente acondicionadas, conforme normas de biossegurança.
- 2.1.4. A periodicidade de retirada da roupa deverá seguir rotina estabelecida de acordo com a necessidade do setor solicitante, em horário estabelecido pela contratante.
- 2.1.5. Os horários estabelecidos para a coleta não devem coincidir com os horários de distribuição de alimentos e de visitas.
- 2.1.6. O transporte da roupa suja até a área suja da lavanderia da contratante deverá ser feito por meio da “rota de roupa suja”, observando-se que, em hipótese alguma exista o cruzamento entre roupa limpa e roupa suja.

2.2. Pesagem da roupa suja:

- 2.2.1. Para a efetiva execução dos serviços de recebimento de roupas hospitalares, a CONTRATADA deverá disponibilizar, na unidade hospitalar, 02 balanças digitais tipo plataforma (sendo uma para a área suja e outra para a área limpa), com laudo de aferição válido por 06 (seis) meses emitido por empresa especializada do ramo sem ônus para a contratante.

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 2.2.2. A coleta será feita nas dependências da CONTRATANTE por funcionários da CONTRATADA devidamente treinados, uniformizados, e equipados com os EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual).
- 2.2.3. No expurgo central da unidade hospitalar, a roupa suja deverá ser pesada pela contratada e sua origem deve ser identificada, antes do carregamento dos veículos de transporte, devendo tal procedimento ser acompanhado por servidor da contratante.
- 2.2.4. O peso aferido deverá ser registrado no formulário de duas vias a ser fornecido pela contratada, assim como a origem da roupa, ficando uma via com a contratante e outra com a contratada.

2.3. Transporte da roupa suja:

- 2.3.1. As roupas sujas deverão ser transportadas pela contratada, preferencialmente, em veículo exclusivo ou com compartimento exclusivo para roupas sujas. No caso de se utilizar o mesmo veículo para transporte de roupas limpas e sujas, deve-se primeiramente distribuir toda a roupa limpa, e posteriormente realizar-se a coleta da roupa suja. Em seguida o veículo deve passar pelo processo de limpeza e desinfecção, de acordo com as orientações da ANVISA em seu Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco (ANVISA – 2009) e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar da contratante (CCIH).

2.4. Separação da roupa suja:

- 2.4.1. A roupa suja deverá ser separada pela contratada, em suas dependências, seguindo critérios e técnicas estabelecidas conforme o Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco (ANVISA – 2009);
- 2.4.2. O funcionário que faz a separação da roupa suja deve usar os EPIs apropriados para esse serviço (máscara, avental, botas, óculos de proteção e luvas de borracha cobrindo os braços);
- 2.4.3. Para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar, a roupa suja deve ser manuseada com um mínimo de agitação possível. Além disto, para evitar acidentes com objetos perfuro cortantes inadvertidamente coletados, é recomendável puxar as roupas pelas pontas, cuidadosamente, sem apertar nem recolher várias peças de uma vez. A identificação de materiais estranhos à roupa como: instrumentais, fraldas, peças anatômicas, etc., deverão ser registrados em formulário próprio e encaminhados ao responsável técnico pelo Núcleo de Processamento de Roupa Hospitalar.

2.5. Processamento (lavagem) da roupa suja:

- 2.5.1. No processamento do enxoval hospitalar a contratada deverá seguir as orientações do Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – 2009 e da CCIH da contratante, assim como as recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados no processo de lavagem.
- 2.5.2. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado.
- 2.5.3. Para os produtos químicos a serem empregados no processamento, suas propriedades e composição química deverão ser comprovadas mediante apresentação de cópia reprográfica autenticada, frente e verso, do certificado de registro dos mesmos nas D.I.S.A.D.S - Divisão de Produtos Saneantes Domissanitários e Divisão Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde.
- 2.5.4. Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade da Contratada.
- 2.5.5. A Contratada deverá apresentar separadamente as formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação - dosagem dos produtos, tempo de lavagem e temperatura da água e dos procedimentos a serem realizados para: sujeira pesada - sangue, fezes, pomada, etc.; sujeira leve - sem presença de secreções, retirada de manchas químicas e orgânicas;
- 2.5.6. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado;
- 2.5.7. Um ciclo completo de lavagem de roupa com sujidade pesada deve incluir: umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento.
- 2.5.8. A roupa com sujidade leve está liberada das primeiras etapas do processamento, quais sejam: umectação, primeiros enxágues e pré-lavagem, sendo seu ciclo iniciado já na etapa de lavagem.

2.6. Secagem, calandragem/prensagem/passadoria da roupa limpa:

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- 2.6.1. As roupas devem ser secadas com a utilização de equipamentos que melhor se ajustem ao tipo de roupa e estrutura do tecido;
- 2.6.2. Todas as roupas limpas devem ser calandradas ou prensadas ou passadas a ferro, exceto as felpudas e roupas cirúrgicas.
- 2.7. Separação, embalagem e devolução da roupa limpa à contratante:**
- 2.7.1. As roupas limpas devem ser entregues à contratante, devidamente separadas por tipo de roupa, dobradas e embaladas com filme plástico, ou embalagens que preservem a qualidade e higiene dos produtos entregues;
- 2.7.2. As roupas limpas devem ser entregues em embalagens contendo 20 peças de cada item.
- 2.7.3. As roupas cirúrgicas deverão ser embaladas e empacotadas prontas para o processo de esterilização. A Contratada deverá apresentar sua metodologia de execução sempre atualizada e modernizada para análise do Contratante.
- 2.8. Transporte da roupa limpa:**
- 2.8.1. O enxoval limpo deverá ser transportado do local de processamento da contratada até às dependências da contratante, preferencialmente, em veículo exclusivo ou com compartimento exclusivo para roupas limpas. No caso de se utilizar o mesmo veículo para transporte de roupas limpas e sujas, deve-se primeiramente distribuir toda a roupa limpa, e posteriormente realizar-se a coleta da roupa suja. Em seguida o veículo deve passar pelo processo de limpeza e desinfecção, conforme preconização da ANVISA em seu Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco (ANVISA – 2009).
- 2.8.2. A contratada tem a obrigação de manter o veículo em bom estado e realizar manutenção preventiva e corretiva que se julgue necessária para o bom funcionamento do mesmo e prevenção de potenciais acidentes. Pode ser penalizada se o atraso na entrega de roupas acontecer por falta de manutenção do carro de transporte.
- 2.9. Pesagem da roupa limpa:**
- 2.9.1. Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um empregado da Contratada e outro da Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade, cujos valores devem estar entre 8% e 15%, a depender do grau de sujidade da roupa.
- 2.9.2. O peso aferido deve ser registrado no formulário de 02 vias fornecido pela contratada, ficando uma via com a contratante e outra com a contratada;
- 2.9.3. A unidade de medida para mensuração dos resultados dos serviços prestados e pagamento à contratada será o QUILO DE ROUPA HOSPITALAR PROCESSADA, ou seja, o peso da roupa limpa (processada), a qual está sendo devolvida à contratante em ideais condições de uso.
- 2.10. Acondicionamento e Confeção de kits:**
- 2.10.1. Após o recebimento e pesagem do enxoval processado, o acondicionamento e a confeção de kits deverão ser feitos pela contratante;
- 2.10.2. Após a confeção dos kits, os mesmos deverão ser embalados e selados para que preservem a qualidade e higiene do produto final a ser entregue para uso nas unidades hospitalares;
- 2.10.3. Durante a confeção dos Kits, deverá ser feita a inspeção da roupa limpa. Roupas não-conforme deverão ser registradas pela contratante e encaminhadas para reproprocessamento ou conserto pela contratada, sem ônus para a contratante;
- 2.10.4. O encaminhamento e controle do peso de roupas não-conforme deverão ser realizados separadamente das demais roupas, para que não seja pago duas vezes.
- 2.11. Distribuição da roupa limpa:**
- 2.11.1. A distribuição dos kits de roupa limpa será realizada por servidor da contratante;
- 2.11.2. A distribuição será realizada em carro apropriado e exclusivo para esse fim, o qual será fornecido pela contratada.
- 2.12. Reparo de peças danificadas:**
- 2.12.1. As peças danificadas, desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pela contratante serão reparadas por costureiras da contratada.
- 2.12.3. Após o reparo, a roupa deverá retornar para a área suja para novo processamento de lavagem;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

12.12.4. As roupas reparadas deverão ser identificadas e encaminhadas em separado para o hospital que está sendo atendido pela contratada, para que não seja cobrado seu processamento duas vezes.

2.13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.13.1. Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para reprocessamento pela contratada, sem ônus para a contratante;
- 2.13.2. Em caso de remoção de pacientes para outra Unidade Hospitalar ou residência, o hospital deverá providenciar lençol e vestuário descartáveis para o paciente ser removido;
- 2.13.3. As roupas e objetos de propriedade do hospital ou dos pacientes, que porventura forem misturados à roupa hospitalar devem ser registrados em formulário próprio e devolvidos à contratante;
- 2.13.4. O hospital que está sendo atendido deverá proceder à limpeza e desinfecção dos carros de transporte de roupa limpa e coleta de roupa suja (carros tipo contêiner), conforme orientações do SCIH (Serviço de Controle de Infecção Hospitalar);
- 2.13.5. A contratada deverá apresentar para a contratante o que se segue:
 - 2.13.5.1. Descrição de procedimentos da empresa em relação à saúde de seus funcionários, tais como: programa médico de prevenção anual, vacinação, orientação e tratamento;
 - 2.13.5.2. Descrição do Processo de Higienização de Roupas Hospitalares por ela executado;
 - 2.13.5.3. Programa de capacitação executado e planejado para seus funcionários;
 - 2.13.5.4. Registro dos produtos domissanitários utilizados no processamento do enxoval hospitalar, assim como as fichas técnicas dos mesmos.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO II DO TERMO DE REFERENCIA

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

O Hospitalvem, por meio deste Atestado de Visita, declarar que a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, enviou a este complexo hospitalar profissional credenciado para vistoriar os locais, equipamentos e instalações, visando obter total ciência das condições da sede atual, e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

- Estão cientes de todas as condições relativas à execução do serviço licitado; e
- A execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade com o discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes.

Brasília, ____ de _____ de 2017.

De acordo:

Nome completo e assinatura do responsável por acompanhar a visita

Nome completo e assinatura do responsável técnico credenciado pelo licitante

Obs.: A visita técnica foi realizada no dia ____ / ____ / 2015 às ____ : ____ horas

OU

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TECNICA

Declaramos, para fins de participação em processo licitatório _____, cujo objeto é _____, localizado no _____, Brasília/DF, que abstermos de realizar VISITA TECNICA no local onde serão desenvolvidos os trabalhos e nos equipamentos, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições de tais equipamentos.

Brasília-DF, de _____ de 20 ____.

Assinatura do representante da empresa

Nome da Empresa

Nome e documentação do representante

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO III DOTERMO DE REFERENCIA

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE CONTRATADA – Obs: FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO – ANEXO IX

1 – INTRODUÇÃO

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/ controle da execução dos serviços, gerando **relatórios mensais** de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao **gestor central** do contrato na Gerência de Hotelaria.

2 - OBJETIVO

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução dos contratos de prestação de serviços de lavanderia hospitalar.

3 – REGRAS GERAIS

A avaliação da Contratada na prestação de serviços de processamento de roupas hospitalares se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho Profissional;
- b) Desempenho das Atividades;
- c) Gerenciamento.

4 – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1 – Todas as ocorrências serão registradas, diariamente pelo Contratante, que notificará a Contratada através de relatório mensal, atribuindo pontos para as ocorrências segundo tabela abaixo:

Item	Pts
Atraso ou falta da coleta da roupa suja nas unidades	0,2
Separação inadequada da roupa suja	0,2
Lavagem inadequada da roupa suja	0,3
Secagem e calandragem inadequadas da roupa limpa	0,3
Reparos e reaproveitamento inadequados de peças danificadas	0,1
Transporte e entrega da roupa limpa na rouparia do hospital em uma periodicidade superior a 24 horas	1
Insuficiência de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas.	1
Uniformização inadequada dos funcionários: - uniformes em mau estado de conservação e com aparência pessoal inadequada, não utilização de equipamentos de proteção individual – EPI's e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas (Máscara, proteção ocular, avental, botas e luvas de borracha cobrindo os braços), crachás sem fotos recentes.	0,5
Não qualificação/ atendimento / postura - Qualificação e habilitação inadequada da mão de obra disponibilizada pela Contratada; - Falta de Seleção e preparação dos funcionários que irão prestar os serviços; - Má conduta dos empregados da Contratada com o cliente e com o público.	0,5
Má distribuição e controle da roupa hospitalar nas unidades assistenciais	0,3
Ausência ou inadequação de limpeza e má conservação dos carros de transporte e equipamentos da Contratada e/ou disponibilizados pelo Contratante	0,3
Falta de Controle e contabilização do peso de roupa processada	0,3
Mau gerenciamento das atividades operacionais: má conservação dos maquinários, equipamentos e mobiliários	0,5

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

do Contratante, economicidade de água, vapor, luz e insumos utilizados na coleta, higienização e redistribuição das roupas.	
Atendimento inadequado às solicitações: atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo Contratante.	0,4
Atrasos/ausência no cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada segundo o contrato.	1

4.2. A sanção de advertência será aplicada somente uma vez.

4.3. Em caso da Contratada somar 33 pontos ficará facultado ao Contratante à rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

4.4. A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, o Contratante poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.

5 – RESPONSABILIDADES

5.1 Equipe de Fiscalização

5.1.1 Responsável pela Avaliação da Contratada utilizando-se o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).

5.2 Gestor do Contrato

5.2.1 Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à Contratada;

5.2.2 Responsável pela aplicação de advertência à Contratada e encaminhamento de conhecimento à autoridade competente;

5.2.3 Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

5.2.4 Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

6 – DESCRIÇÃO DO PROCESSO

6.1. Cabe ao Núcleo de Hotelaria, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

6.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até cinco dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período.

6.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo executor do Contrato, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a Contratada e outra à Gerência de Hotelaria em Saúde.

6.4. De posse dessa avaliação, o Executor do Contrato deve aplicar na medição seguinte as penalidades cabíveis previstas neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à Contratada.

6.5. Cabe ao Executor do Contrato encaminhar mensalmente à Contratada e à Gerência de Hotelaria em Saúde, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERENCIA
FORMULÁRIO DIÁRIO DE CONTROLE**

Contrato número:

Unidade:

Data:

DIA		ROUPA SUJA (KG)	ROUPA PROCESSADA (KG)	VISTO CONTRATADA	VISTO FISCAL DA UNIDADE
1	MANHÃ				
	TARDE				
2	MANHÃ				
	TARDE				
3	MANHÃ				
	TARDE				
4	MANHÃ				
	TARDE				
5	MANHÃ				
	TARDE				
6	MANHÃ				
	TARDE				
7	MANHÃ				
	TARDE				
8	MANHÃ				
	TARDE				
9	MANHÃ				
	TARDE				
10	MANHÃ				
	TARDE				
11	MANHÃ				
	TARDE				
12	MANHÃ				
	TARDE				
13	MANHÃ				
	TARDE				
14	MANHÃ				
	TARDE				
15	MANHÃ				
	TARDE				
16	MANHÃ				
	TARDE				
17	MANHÃ				
	TARDE				
18	MANHÃ				

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

	TARDE				
19	MANHÃ				
	TARDE				
20	MANHÃ				
	TARDE				
21	MANHÃ				
	TARDE				
22	MANHÃ				
	TARDE				
23	MANHÃ				
	TARDE				
24	MANHÃ				
	TARDE				
25	MANHÃ				
	TARDE				
26	MANHÃ				
	TARDE				
27	MANHÃ				
	TARDE				
28	MANHÃ				
	TARDE				
29	MANHÃ				
	TARDE				
30	MANHÃ				
	TARDE				
31	MANHÃ				
	TARDE				

Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências da Unidade Contratada

Os itens especificados acima devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Cumprimento das Atividades

Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato com observação as normas vigentes, tais como:

- Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;
- Retirada da roupa suja na periodicidade estabelecida pela Contratante;
- Transporte da roupa suja para as dependências da Contratada em veículo adequado devidamente adaptado à natureza da carga;
- Recebimento e acondicionamento da roupa suja na lavanderia;
- Lavagem da roupa suja;
- Secagem e calandragem da roupa limpa;
- Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;
- Separação e embalagem da roupa limpa;
- Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital;
- Disponibilização de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas.

EPIs, Uniformes e Identificação

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

- Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada.
- Utilização de equipamentos de proteção individual e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas (Máscara, proteção ocular, avental, botas e luvas de borracha cobrindo os braços).

Controle e contabilização do peso de roupa processada

Manter controle, inventário e contabilização mensal da quantidade de roupas processada, na seguinte conformidade:

- O controle da roupa suja será efetuado pelo funcionário designado pelo Contratante em conjunto com a Contratada. A roupa deverá ser pesada pela Contratada na presença do funcionário do Contratante;
- Deverá ser elaborado um relatório diário pela Contratada, informando o peso da roupa retirada - em kg. Este relatório deverá ser aprovado pelo funcionário do Contratante;
- Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um empregado da Contratada e outro da Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade, cujos valores devem estar entre 8% e 15%, a depender do grau de sujidade da roupa.

Disponibilização, instalação e manutenção de equipamentos

Disponibilização, manutenção e instalação de todos os equipamentos necessários à execução do serviço, tais como:

- Balanças digitais tipo plataforma, com laudo de aferição válido por 6 meses emitido por empresa especializada do ramo sem ônus para o Contratante;
- Contêineres com tampa lavável;
- Sacos *hampers* de tecido e de plástico (descartáveis);
- Carros prateleiras ou do tipo gaiolas;
- Manutenção e conservação dos equipamentos;
- Limpeza e desinfecção dos equipamentos de acordo com as normas vigentes.

Cumprimento de prazos

A Contratada deverá cumprir de forma satisfatória a frequência e horários estipulados para a coleta roupa suja e devolução da roupa processada, de forma a não prejudicar a rotina de funcionamento da Contratante, conforme previsto no Termo de Contrato, a saber:

- A contratada deverá realizar **duas coletas e duas entregas**, sendo **uma no período matutino e outra no vespertino**, inclusive sábado, domingo e feriados. Deve ainda ser prevista uma **terceira coleta e entrega, em caso de emergência**. O horário exato de coleta e entrega deverá ser definido junto ao executor do contrato, de acordo com a logística de funcionamento e rotina do hospital.

Qualidade satisfatória no processamento da roupa hospitalar

A Contratada deverá desempenhar suas atividades de modo a fornecer à Contratante roupas em ideais condições de uso (sem manchas, íntegras e livres de avarias como manchas, etc.)

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO V DO TERMO DE REFERENCIA

I - ESTRUTURA	SIM	NÃO	NA	OBS.
Área Física de acordo com a RDC nº50/02				
- Fácil acesso e localização em área de circulação restrita				
- Barreira física entre áreas suja e limpa				
- Licença atualizada emitida pela Vigilância Sanitária				
- Limpeza do local				
- Climatização				
ÁREA SUJA				
Sala/área suja para:				
- Recepção				
- Pesagem				
- Separação (classificação)				
- Lavagem				
- Piso íntegro/impermeável/de fácil limpeza e desinfecção				
- Depósito de Material de Limpeza (DML) em conformidade com a RDC nº 50/02				
- Banheiro para funcionários				
- Descarpac				
Equipamentos:				
- Lavadora:				
- com barreira				
- sem barreira				
- Carrinho para transporte				
- Hamper				
- Balança plataforma				
Equipamentos de proteção individual (EPI) em quantidade suficiente para a demanda do serviço				
- Óculos				
- Máscara ou protetor facial				
- Luvas de borracha				
- Avental impermeável				
- Botas de borracha				
- Protetor auricular				
ÁREA LIMPA				
Equipamentos:				
- Relógio de parede				
- Carro transporte de roupa molhada				
- Carro transporte para roupa seca				
- Extrator centrífugo de roupa				
- Secadora de roupa				
Condições para passagem da roupa				
- Calandra				
- Tábua para passar roupas				
- Prensa para roupa				
- Ferro elétrico industrial				
- Mesa para dobradura de roupas				

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

AREA PARA ARMAZENAGEM/DISTRIBUIÇÃO				
Condições para guarda de roupas (Rouparia)				
- Sala de armazenagem geral de roupa limpa (rouparia geral)				
- Estante/prateleiras				
- Mesa de apoio				
- Carrinho de roupa limpa				
- Escada				
- Hamper				
Condições para dobradura e preparo de pacotes para envio a CME				
- Mesa de apoio				
- Prateleira				
Condições para embalagem e preparação de kits de roupa para as unidades				
- Seladora				
- Mesa				
- Prateleira				
Condições de reparo e confecção				
- Máquina de costura				
- Máquina de overlock				
- Mesa de apoio				
- Estante				
- Hamper				
- Ferro elétrico				
TRANSPORTE DE ROUPAS				
Condições para o transporte de roupa limpa e suja				
- Carros fechados identificados para:				
- roupa suja				
- roupa limpa				
Condições para o transporte de roupa limpa e suja em transporte urbano				
- veículos fechados exclusivos para roupa suja				
- veículos exclusivos para roupa limpa				
SALA DE ESTAR E VESTIÁRIO PARA FUNCIONÁRIOS				
- Sanitário exclusivo para pessoal da área limpa				
- Copa				
Condições de lavagem das mãos				
- Lavatório				
- Dispensador com sabão líquido				
- Suporte com papel toalha				
- Lixeira com saco plástico e tampa de acionamento por pedal				
DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA (DML)				
- Tanque				
- Bancada de material de fácil limpeza e desinfecção				
- Local para guarda de materiais, de fácil limpeza e desinfecção				
Condições de lavagem das mãos				
- Dispensador com sabão líquido				
- Suporte com papel toalha				
- Lixeira com saco plástico e tampa de acionamento por pedal				
CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE E SEGURANÇA				
- Teto íntegro/ fácil limpeza e desinfecção				
- Paredes íntegras/ fácil limpeza e desinfecção				

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

- Piso íntegro/ impermeável/ de fácil limpeza e desinfecção				
- Porta de acesso com no mínimo 110 cm				
- Ralo: sifonado/ com tampa escamoteável, conforme a RDC nº50/02				
- Climatização e/ou ventilação Artificial (ar condicionado) ou Natural (janelas com aberturas teladas)				
- Condições de segurança contra incêndio, conforme RDC nº50/02				
- Sinalização de orientação e segurança				
- Identificação das saídas de emergência				
- Tomadas 110v e 220v aterradas e identificadas				
II - RECURSOS HUMANOS				
- Responsável com capacitação técnica				
- Auxiliar de serviço de lavanderia				
- Costureiras				
- Escala de revezamento de pessoal por turno				
- Funcionários capacitados para a função				
- Registro de treinamentos em conjunto com a CCI				
III - CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS				
- Manual de normas e rotinas escritas em conjunto com a CCI				
- Livro de controle de pesagem de roupa suja				
- Saneantes utilizados em conformidade com a portaria n.º 15/88				
- Fluxo de lavagem de roupa em conformidade com manual de lavanderia para serviços de saúde				
- Utilização de sacos impermeáveis para transporte de roupas identificados – Suja ou Limpa				
- Utilização de carro fechado para transporte de roupas identificados – Suja ou Limpa				
- Utilização de Hamper para transporte de roupas identificados – Suja ou Limpa				
- Fluxo de entrega/distribuição evitando cruzamento da roupa suja com a roupa limpa				
- Sistema de controle da roupa				
- Processo de separação das roupas por grau de sujidade e contaminação				
Equipamentos de proteção individual (EPI) em quantidade suficiente para a demanda do serviço				
- Óculos				
- Máscara ou protetor facial				
- Luvas de borracha				
- Avental impermeável				
- Botas de borracha				
- Protetor auricular				
Condições de higiene e conservação dos equipamentos e mobiliário				
- Limpeza e desinfecção diária dos equipamentos e ambiente				
- Máquinas em bom estado de conservação				

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO VI DO TERMO DE REFERENCIA

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA REALIZADO PELA CONTRATANTE NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA PROPONENTE

A Gerência de Hotelaria vem, por meio deste Atestado de Vistoria Técnica, declarar que realizou vistoria técnica às instalações da empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada no (a), e verificou que a mesma cumpre as Normas do Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde e Processamento de Roupas de Serviços de Saúde/ANVISA, e que está apta a assumir o objeto do presente Termo de Referência, qual seja, prestação de serviços de processamento de roupa hospitalar na Coordenação Geral de Saúde / Hospital

Brasília, ____ de _____ de 2017.

De acordo:

Nome completo e assinatura do responsável por acompanhar a visita

Nome completo e assinatura do responsável técnico credenciado pelo licitante

Obs.: A vistoria técnica foi realizada no dia ____ / ____ / 2017 às ____ : ____ horas

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO VII DO TERMO DE REFERENCIA**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Nº do Processo:

Pregão Eletrônico nº.

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A - Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)

B - Município/UF

C - Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo

D - Número de meses de execução contratual

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**Tipo de serviço Unidade de medida Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)**

Nota 1: A Planilha, **no que couber**, poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO VII– A DO TERMO DE REFERENCIA

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

Mão de obra

(Mão de obra vinculada à execução contratual)

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra:

- 1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
- 2 Salário Normativo da Categoria Profissional
- 3 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
- 4 Data base da categoria (dia/mês/ano)

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 Composição da remuneração Valor (R\$)

- A Salário base
- B Adicional de periculosidade
- C Adicional de insalubridade
- D Adicional noturno
- E Hora noturna adicional
- F Adicional de hora extra
- G Outros (especificar)

TOTAL DA REMUNERAÇÃO

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2 Benefícios mensais e diários

Valor (R\$)

A Transporte

B Auxílio alimentação (vales, cesta básica, entre outros)

C Assistência médica e familiar

D Auxílio creche

E Seguro de vida, invalidez e funeral

F Outros (especificar)

Total de Benefícios mensais e diários.....

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3 Insumos diversos

Valor (R\$)

A Uniformes

B Materiais

C Equipamentos

D Outros (especificar)

Total de Insumos Diversos

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições:

4.1 Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições Percentual (%) Valor (R\$)

A INSS

B Sesi ou Sesc

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

- C SENAI ou SENAC
- D INCRA
- E Salário educação
- F FGTS
- G Seguro acidente do trabalho
- H SEBRAE

Total.....

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário

4.2 13º (décimo terceiro) salário

Valor (R\$)

- A 13º (décimo terceiro) salário

Subtotal

- B Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) salário

Total.....

Submódulo 4.3: Afastamento Maternidade

4.3 Afastamento Maternidade

Valor (R\$)

- A Afastamento Maternidade

- B Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade

TOTAL.....

Submódulo 4.4: Provisão para rescisão

4.4 PROVISÃO PARA RESCISÃO

Valor (R\$)

- A Aviso prévio indenizado

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

- B Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado
- C Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado
- D Aviso prévio trabalhado
- E Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado
- F Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado

Total

Submódulo 4.5: Custo de reposição do profissional ausente

4.5 Composição do custo de reposição do profissional ausente

Valor (R\$)

- A Férias e terço constitucional de férias
- B Ausência por doença
- C Licença paternidade
- D Ausências legais
- E Ausência por acidente de trabalho
- F Outros (especificar)

Subtotal

- G Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente

Total

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4 Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas **Valor (R\$)**

- 4.1 Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições
- 4.2 13º (décimo-terceiro) salário
- 4.3 Afastamento maternidade
- 4.4 Custo de rescisão
- 4.5 Custo de reposição do profissional ausente

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

4.6 Outros (especificar)

Total

Módulo 5: Custos indiretos, tributos e lucro

5 Custos indiretos, tributos e lucro Percentual (%) Valor (R\$)

A Custos indiretos

B Lucro

C Tributos

B.1. Tributos federais (especificar)

B.2 Tributos estaduais (especificar)

B.3 Tributos municipais (especificar)

Total

Nota 1: Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO VII – B DO TERMO DE REFERENCIA

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

Quadro-Resumo do custo por empregado

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) (R\$)

A Módulo 1 – Composição da remuneração

B Módulo 2 – Benefícios mensais e diários

C Módulo 3 – Insumos diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)

D Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas

Subtotal (A + B +C+ D)

E Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro

Valor total por empregado

(retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59)

Nota: A unidade de medida utilizada para fins de pagamento e quantificação do serviço será o **quilo de roupa processada**.

SERVIÇOS (VALORES MENSAIS)			
SERVIÇOS	VALOR PROPOSTO POR QUILO DE ROUPA PROCESSADA (B)	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (C)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (D) = (B x C)

Folha:

Processo: 060.004.087/2015

Matrícula/Rubrica:

EDITAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERENCIA

Declaração

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço _____, neste ato representada por _____, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entrega em 30 dias **laudos positivos emitidos por laboratório credenciado pelo Cgcre/Inmetro, de acordo com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025**, os quais evidenciem que os produtos foram fabricadas obedecendo aos padrões de qualidade exigidos no Termo de Referência e **2 (dois) protótipos** de cada item, identificado com a logomarca SES-DF, conforme exigência deste Termo de Referência, sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 87, da Lei Federal nº 8666/2013, art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2012 e no Decreto Distrital nº 26.851/2006, bem como demais documentos relacionados no subitem 17.3 do Anexo I do Termo de Referência, no momento da contratação.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO IX DO TERMO DE REFERENCIA

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE CONTRATADA

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES EXTERNO																																	
		MÊS /ANO																															
CRITÉRIOS	Pts	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Total
1 Atraso ou falta da coleta da roupa suja nas unidades	0,2																																0
2 Separação inadequada da roupa suja	0,2																																0
3 Lavagem inadequada da roupa suja	0,3																																0
4 Secagem e calandragem inadequadas da roupa limpa	0,3																																0
5 Reparos e reaproveitamento inadequados de peças danificadas	0,1																																0
6 Transporte e entrega da roupa limpa na rouparia do hospital em uma periodicidade superior a 24 horas	1																																0
7 Insuficiência de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas.	1																																0
8 Uniformização inadequada dos funcionários:	0,5																																0
9 - uniformes em mau estado de conservação e com aparência pessoal inadequada, não																																	0

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRONICO Nº 118/2017 –SES/DF

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o edoc 1D46E809

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRONICO Nº 118/2017 –SES/DF

[illegible]

Assinatura Preposto

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO II

PLANILHAS CONSOLIDADAS DE PREÇOS DE MERCADO

ITEM	COD BR	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR REF	VALOR TOTAL
01	19542	Serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros (lavanderia externa) - HRS	KG/ ANO	877.824	4,4500	3.906.316,80
02	19542	Serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros (lavanderia externa) - HRG	KG/ ANO	1.240.704	4,4500	5.521.132,80
03	19542	Serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros (lavanderia externa) - HBDF	KG/ ANO	2.408.832	4,4500	10.719.302,40
VALOR TOTAL R\$						20.146.752,00

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/2017

PROCESSO nº: _____.

PREGÃO nº: ____/2017

VALIDADE: ____ (____) meses, a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Gerência de Contratos, localizada no SAIN Parque Rural s/nº, Bloco A, 1º andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.086-900– o Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, **HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA**, nomeado pelo Decreto de 02 de março de 2016, publicado no DODF de 02 de março de 2016, com delegação de competência previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com a Lei Distrital nº 938/95, Lei Distrital nº 2.340/99, do **Decreto Distrital nº 36.519, de 28/5/2015**, os Decreto Distrital nº 21.928/2001, Portaria nº 563/SEFP, de 05.09.2002 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº _____, publicado no DODF nº _____, de _____ de _____, página nº _____ e a respectiva homologação, conforme fls. _____ do processo nº _____, RESOLVEM registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), na(s) quantidade(s) estimada(s) anual(is), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(ns), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **Registro de Preços para Prestação de serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto** especificados no Anexo I do Edital de Pregão nº ____/2017, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante, conforme consta nos autos do processo nº _____.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em Unidades de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, somente podendo ser prorrogado se não ultrapassar o período de validade;

CLÁUSULA III - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à _____.

CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco "A", 1º Andar, sala 83- CEP 70.770-200 – BRASÍLIA - DF
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada, para a aquisição do respectivo objeto, pela Administração direta e indireta, autárquica e fundacional e pelas empresas públicas do Distrito Federal, conforme preconiza a Lei Distrital nº 2.568, de 20 de julho de 2.000, desde que autorizada sua utilização, pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

4.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado para o período.

CLÁUSULA V - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1. O(s) preço(s) ofertado(s), especificação(ões) e consumo(s) médio(s) anual(is), marca(s) do(s) produto(s), empresa(s) e representante(s) legal(is), encontram-se enunciados na presente ata.

CLÁUSULA VI - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O local de entrega será no(a) _____, localizado no _____, de acordo com Anexo I do Edital de Pregão nº ____/2017, em até ____ (____) dias corridos, a contar da data de recebimento e/ou retirada da Nota de Empenho, e/ou pedido de fornecimento ao detentor/representante legal.

6.2. No caso de entregas para a Secretaria de Estado de Saúde, o quantitativo poderá ter sua entrega programada da décima segunda parte do quantitativo a cada mês ou de acordo com a necessidade do Órgão.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília – BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela Unidade requisitante mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar às Unidades Administrativas que emitirem a Nota de Empenho, os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, **Seguridade Social** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no **Decreto nº 8.302/2014**;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

7.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.5.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.5.2. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

CLÁUSULA VIII – DO CONTRATO

8.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Subsecretaria de Administração Geral/SES, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente;

8.2. Poderá ser dispensado o contrato de fornecimento, nos termos do § 4º, art 62 da Lei nº 8666/93, e facultada a sua substituição por instrumento equivalente nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

8.3. Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro preços o disposto no Capítulo III, da Lei federal nº 8666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber;

8.4. Fica estabelecida a obrigatoriedade do detentor do preço registrado suportar nas mesmas condições constantes do contrato, os acréscimos que se fizerem no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado constante no referido instrumento, nos termos do § 1º, do art 65, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da Subsecretaria de Administração Geral.

9.2. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº ____/2017, especialmente as especificadas no Anexo I do referido Edital;

9.3. Serão de responsabilidade do(s) concorrente(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Pregão, serão aplicadas as sanções estabelecidas no Decreto 26.851/2006, alterado pelo Decreto nº 35.831/2014, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

10.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital e nesta Ata ou nos contratos decorrentes de sua adesão, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no item 9 deste edital.

CLÁUSULA XI - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a ata, nos termos da legislação que rege a matéria;

11.2. O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das Normas Federais pertinentes à política econômica.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela Unidade requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada, e demais normas pertinentes.

12.1.1. A Unidade Administrativa deverá criar comissão para recebimento de material com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

12.2. A Unidade administrativa requisitante reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade nos produtos e recusá-los, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado.

12.3. Não serão aceitos materiais recondicionados ou remanufaturados sob qualquer forma;

CLÁUSULA XIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

13.1.1. Pela Secretaria de Estado de Saúde, mediante comunicação da Unidade requisitante, quando:

13.1.1.1 a(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a(s) detentora(s) não retirar (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

13.1.1.3 a(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. a(s) detentora(s) sofrer (em) sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

13.1.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

13.1.1.7. a(s) detentora(s) não aceitar (em) reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

13.1.1.8. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado, e justificado pela Administração.

13.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento do registro dos preços deverá ser dirigida à Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.3. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta ata, a detentora dos preços registrados será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

13.3.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.3.2 Fica estabelecido que as detentoras dos preços registrados deveram comunicar imediatamente à Coordenação-Geral de Contratos, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

CLÁUSULA XIV - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

14.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão solicitadas pelo Setor de Programação da Farmácia Central, e autorizadas, caso a caso, pela Subsecretaria de Administração Geral, oportunidade em que será autorizada a emissão da correspondente Nota de Empenho.

CLÁUSULA XV - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão nº ____/2017 e seus anexos, as propostas com preços, especificação, consumo médio anual, por item.

16.2. O(s) caso(s) omissos(s) será(ão) resolvido(s) de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Federal nº 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

licitante vencedor

Testemunhas

PROCESSO Nº _____ – PREGÃO nº _____ /2017 – Ata de Registro de Preço nº _____

1º LUGAR

EMPRESA				
CGC/CNPJ	INSCR. ESTADUAL	BANCO	AGÊNCIA	CONTA-
TELEFONE (FAX)	ENDEREÇO			
SÓCIO DIRETOR	R.G.		CPF	
PROCURADOR	R.G.		CPF	

1º LUGAR

ITEM	QUANT. ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UNID.	Quantidade por embalagem	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDEN CIA	VALOR UNIT.

SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco "A", 1º Andar, sala 83- CEP 70.770-200 – BRASÍLIA - DF
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

PROCESS – PREGÃO nº /2017 – Ata de Registro de Preço nº
O Nº

2º e demais LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor)

EMPRESA				
CGC/CNPJ	INSCR. ESTADUAL	BANCO	AGÊNCIA	CONTA-
TELEFONE (FAX)		ENDEREÇO		
SÓCIO DIRETOR		R.G.	CPF	
PROCURADOR		R.G.	CPF	

1º LUGAR

ITEM	QUANT. ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UNID.	Quantidade por embalagem	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDEN CIA	VALOR UNIT.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços nº ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº **04/2002**.

Processo nº _____.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fls. _____), da Proposta de fls. _____ e da Lei nº 8.666 21.06.93.

Aplica-se a este certame o Decreto-DF nº 36.107/2014, (ANEXO VII) que dispõe sobre a aplicação no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Subsecretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão.

Aplica-se a este certame as disposições do Decreto-DF nº 34.649/2013;

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de _____, consoante especifica o Edital de _____ nº _____ (fls. _____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma _____, sob o regime de _____, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco "A", 1º Andar, sala 83- CEP 70.770-200 – BRASÍLIA - DF
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Distrito Federal;

IV – Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal, Tributos Federais e Dívida Ativa da União (CND);

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de _____ meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de _____, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco "A", 1º Andar, sala 83- CEP 70.770-200 – BRASÍLIA - DF
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.4.1 Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato são de responsabilidade do contratado e sua inadimplência não transfere ao Distrito Federal a responsabilidade por seu pagamento.

11.4.2 Inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública.

11.5. A Contratada terá 30 (trinta) dias a contar da data da formalização do contrato para assumir a execução do serviço.

11.6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

11.7. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho, conforme preconiza a NR 07, que compõe Portaria nº. 3.214 de 08/06/78 e suas alterações;

11.8. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, possuir capacidade técnica operativa e profissional - equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados;

11.9. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, fornecer toda mão de obra capacitada e necessária, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos para execução dos serviços ora contratados;

11.10. Submeter à apreciação da CONTRATANTE o resultado final do processamento, para avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;

11.11. Fazer devolução de objetos de propriedade da SES-DF ou dos pacientes que porventura forem misturados à roupa;

11.12. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades emergenciais para o suprimento de roupas limpas;

11.13. Identificar os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: balanças, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;

11.14. Realizar a entrega do enxoval nos horários determinados pela CONTRATANTE;

11.15. Submeter-se à fiscalização permanente dos executores do contrato, designados pela CONTRATANTE;

11.16. Separar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco "A", 1º Andar, sala 83- CEP 70.770-200 – BRASÍLIA - DF
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

11.17. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18. Cumprir a Legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados;

11.19. Tomar providências relativas aos treinamentos necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;

11.20. Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços;

11.21. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso;

11.22. Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação dos serviços;

11.23. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;

11.24. Manter seu pessoal uniformizado e identificado mediante crachá com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

11.25. Atender de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

11.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como Prevenção de Incêndio nas áreas da CONTRATANTE;

11.27. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

11.28. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, Distritais e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

11.29. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

11.30. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes;

11.31. Dispor de um responsável técnico com formação mínima de nível médio, capacitação em segurança e saúde ocupacional e que responda perante a vigilância sanitária pelas ações ali realizadas;

11.32. Informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos, perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada;

11.33. Os formulários de registro de peso da roupa coletada e entregue, de duas vias, serão fornecidos pela Contratada, conforme modelo de avaliação e controle em anexo (ANEXO III).

11.34. A licitante deverá fornecer e instalar balanças digitais tipo plataforma compatíveis com o peso do enxoval e com os carros de coleta de roupa, com laudo de aferição válido por 06 (seis) meses emitido por empresa especializada.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

11.35. A licitante deverá fornecer ainda carrinhos para transporte de roupa suja e limpa, conforme a necessidade apresentada pela unidade hospitalar. Os carrinhos deverão ser do tipo "container", com tampa, lavável, com dreno para eliminação de líquidos (no caso daqueles destinados a transportar roupa suja) e devem ainda estar devidamente identificados para o transporte de roupa limpa ou suja.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente às penalidades administrativas, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco "A", 1º Andar, sala 83- CEP 70.770-200 – BRASÍLIA - DF
Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, ____ de ____ de 20____.

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005. Declara ainda, que constam inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

Compromete-se, ainda, o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras da Subsecretaria de Administração Geral, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Asa Norte – Parque Rural s/nº - Bloco A, 1º andar, sala 124 – CEP: 70.770-200 – BRASÍLIA.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no “e-Compras/DF”, tais como aquelas relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

ANEXO VI

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

a gravidade da falta cometida. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais: (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF

prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Inciso revogado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2) (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar: (Renúncia dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal. (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).
§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços. (Acréscimo dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Brasília, 30 de maio de 2006.

MARIA DE LOURDES ABADIA

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL

**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2017
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(em papel timbrado da empresa)
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

LOTE	COD BR	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR REF	VALOR TOTAL
01	19542	Serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros (lavanderia externa) - HRS	KG/ANO	877.824		
02	19542	Serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros (lavanderia externa) - HRG	KG/ANO	1.240.704		
03	19542	Serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros (lavanderia externa) - HBDF	KG/ANO	2.408.832		
VALOR TOTAL R\$						

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, com indicação de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas;
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.

Folha:
Processo: 060.004.087/2015
Matrícula/Rubrica:

EDITAL



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE COMPRAS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES
CENTRAL DE COMPRAS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2017 –SES/DF**

- Prazo de início da prestação do serviço não superior a ----- (-----) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho.
- Razão social, endereço completo, telefone/fax, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.
- Juntar todos os documentos solicitados no item 5.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: _____ (valor por extenso)
VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____ (Não inferior a 90 dias)
RAZÃO SOCIAL: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____ E-MAIL: _____
BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____
_____, ____ de _____ de _____
- carimbo padronizado de CNPJ –

Assinatura do responsável pela empresa